



**Plano de Atividades 2013-2014 e Relatório das Atividades
2012-2013.**

***Departamento de Ciência Política, Segurança e
Relações Internacionais***

***«Faculdade de Ciências Sociais,
Educação e Administração».***

DeCPoSRI(FCSEA).

Direção.
[11.12.2013]

DeCPoSRI(FCSEA).

Direção.

[11.12.2013]

Plano de Atividades 2013-2014 do Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais. Relatório de Atividades 2012-2013.

Índice

Parte I.

I. O Departamento - DeCPoSRI. Apresentação.

1. Introdução.

2. O que tem.

3. Investigação.

II. Dirigentes.

III. Órgãos.

IV. Regulamentos, Formulários e Protocolos.

V. Uma nova estratégia

VI. Comissões Científica e Pedagógica. Composição

VII. Encontros Científicos e Outros. Relatório e Plano de Atividades.

VIII. Publicações.

IX. Formação.

X. Formação graduada.

XI. Cursos de Verão.

XII. Investigação e Publicações

XIII. Bibliografia no âmbito da Ciência Política. Fundo bibliográfico em suporte digital na Plataforma do Grupo Lusófona.

XIV. Regulamento de Estágio.

Parte II.

I. O que foi feito.

II. Balanço dos Relatórios semestrais.

III. Eventos promovidos pelo Departamento.

Parte III.

I. Anexos.

1. CICPRIS.

2. Regulamentos.
3. Biblioteca em suporte digital.
4. Regulamento de Estágio

Desenvolvimento

Parte I.

I. O Departamento.

**** Apresentação do Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais***

1. Introdução

O **Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais (DeCPoSRI)** é um Departamento da **Faculdade de Ciência Sociais, Educação e Administração** da «Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias», instituição que integra o maior grupo de ensino superior de língua portuguesa. Confere graus académicos em vários Ciclos, nas áreas de Ciência Política, Lusofonia, Relações Internacionais, Estudos Europeus, Estudos de Segurança, Ciência das Religiões e Diplomacia.

O **DeCPoSRI** está a intensificar esforços no sentido de se dotar de um corpo docente qualificado, em graus académicos e em produção científica, mantendo-se e reforçando-se, neste seu novo ciclo de desenvolvimento, esta opção estratégica, que se inscreve no quadro de uma **internacionalização progressiva da sua ação**. Internacionalização que se consubstancia no desenvolvimento, já em curso, de **parcerias com nove Universidades** estrangeiras **(da Bélgica, de Espanha, de Itália e do Reino Unido)**, para a implementação de projetos de investigação – com a consequente mobilidade de docentes, investigadores e alunos – e na promoção de **conferências científicas** com a colaboração regular de reconhecidos especialistas internacionais. O **DeCPoSRI** define também como sua orientação estratégica, no plano da docência e da investigação, a

combinação profícua de experiência com juventude, promovendo o recrutamento de jovens doutores e investigadores para as suas unidades curriculares e desenvolvendo um centro de investigação, o **Centro de Investigação em Ciência Política, Relações Internacionais e Segurança (CICPRIS)**, agora em processo de acreditação junto da FCT, que servirá de âncora fundamental das várias linhas de investigação em curso e a criar no nosso Departamento.

Neste seu novo ciclo de desenvolvimento, O **DeCPoSRI** intensificará o investimento na **inovação de processos**, sobretudo na **inovação e na intensificação da produção científica**, na **qualidade da** docência e na permanente interação produtiva com o corpo discente, na **internacionalização** e na **qualificação científica dos seus colaboradores**, procurando manter-se em linha com o que de melhor se produz internacionalmente no âmbito da **Ciência Política** e dando um contributo inovador para o conhecimento dos processos de organização e de gestão pública das sociedades, ao promover uma forte convergência produtiva da Ciência Política com aqueles ramos do saber que mais fortemente interagem com ela, como acontece, por exemplo, com as Ciências da Comunicação.

O **DeCPoSRI** aposta também numa **forte abertura à comunidade científica**, no plano nacional e internacional, relançando, **em nova série**, a sua **Revista de Ciência Política**, «**ResPublica**», agora com **arbitragem científica**, ao mesmo tempo que se dotará também de consistentes **meios digitais de comunicação** para, assim, dar conta em permanência das suas iniciativas e da sua produção científica. A «**ResPublica**» e o «**Site**» do **CICPRIS** serão, deste modo, os rostos mais visíveis do Departamento, convocando docentes, especialistas e alunos, em fase superior de formação, a publicar nas suas páginas os resultados das suas investigações e das suas iniciativas.

O **DeCPoSRI** intensificará a sua posição-charneira entre a União Europeia e o mundo da Lusosfera ao **desenvolver investigação sobre os respetivos sistemas políticos, a cooperação bilateral e multilateral, a integração regional e as relações internacionais, contribuindo para reforçar o conhecimento mútuo e para favorecer uma maior aproximação entre os seus povos.**

2. O que tem

O DeCPoSRI oferece, atualmente, um **Primeiro Ciclo** em **Ciência Política e Relações Internacionais**, em **Estudos Europeus e Relações Internacionais**, em **Estudos de Segurança** e em **Ciência das Religiões** e um **Segundo Ciclo** em **Diplomacia e Relações Internacionais**, em **Ciência Política, Cidadania e Governança (agora acreditado junto da A3ES, por 5 anos e sem condições)** e em **Ciência das Religiões**. Oferece ainda várias **Pós-Graduações** nas áreas das **Relações Internacionais** e da **Segurança**.

Todos os ciclos oferecidos têm vindo a conhecer **ajustamentos estruturais dos planos de estudo, do corpo docente e da estrutura de apoio à investigação** em linha com as mais avançadas tendências científicas e com vista a uma mais eficaz resposta aos desafios emergentes.

Trata-se de uma profunda reestruturação que se seguiu a uma criteriosa avaliação diagnóstica, que começou a ser implementada a partir do mês de Agosto de 2012 e que, como tal, já está no terreno. **Os novos planos de estudos do primeiro ciclo e do segundo ciclo, a alteração do quadro do seu corpo docente, a implementação de uma estrutura de apoio à investigação e a adoção de procedimentos formais que garantam uma correta gestão administrativa dos cursos** – e em geral do Departamento –, designadamente pela adoção de um **Regulamento Operacional Interno** muito focado nos procedimentos e nas exigências materiais do Departamento, procuram no essencial **responder às exigências resultantes dos critérios adotados pela Agência A3ES**, expressos nos vários Relatórios das avaliações já efetuadas e nos critérios que estão a ser adotados no processo de acreditação relativo ao **primeiro ciclo em Ciência Política e Relações Internacionais** e ao segundo ciclo em **Ciência Política, Cidadania e Governança (já concluído)**. A atual reestruturação em curso deverá ainda conhecer, em particular no primeiro ciclo de Ciência Política e Relações Internacionais, alguns acertos no sentido de uma maior especialização na área das relações entre política e comunicação. Por outro lado, a integração dos Estudos de Segurança no Departamento vem reforçar a estratégia de desenvolvimento da

investigação dos processos políticos em todas as suas dimensões, incluída aquela que é uma das áreas decisivas para a preservação do contrato social, a área da segurança em todas as suas vertentes.

O **Departamento** e as suas Licenciaturas em Ciência Política e Relações Internacionais, em Estudos Europeus e Relações Internacionais, em Estudos de Segurança ou em Ciência das Religiões, tal como os Mestrados acima mencionados, dispõem, já hoje, de um **corpo docente constituído na sua maioria por Professores Doutorados**, na sequência de uma decisão da Direção de adotar como regra geral para a contratação de docentes o doutoramento, embora admitindo ainda a docência por Mestres e, em casos verdadeiramente excecionais, por licenciados. Por outro lado, foi já feito um primeiro e significativo ajustamento relativo à qualificação do corpo docente e entre as especialidades científicas dos docentes e as unidades curriculares que lecionam.

3. Investigação

O **DeCPoSRI** dispõe de um **Centro de Investigação** (o **CICPRIS**) que acolhe as suas linhas de investigação e que integra a investigação do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da FCESE da ULP, ficando, assim, ancorado em dois pilares, constituídos por ambas as Instituições. Este Centro possui a Revista **ResPublica**, com nova série, estando já editados quatro números nesta nova série (n.ºs 9, 10, 11, 12 relativos a 2009, 2010, 2011, 2012), agosto 2013, **e em preparação um número especial sobre Maquiavel por ocasião dos 500 anos de «O Príncipe»**.

II.

Dirigentes.

Direção do Departamento.

Diretor.

Prof. Doutor João de Almeida Santos

Subdiretor.

Prof. Doutor José Filipe Pinto

Assessora Pedagógica.

Dr.a Carmo Loureiro.

Diretores das UF.

1.º Ciclo em Ciência Política e Relações internacionais – Prof. Doutor José Filipe Pinto.

1.º Ciclo em Estudos Europeus e Relações Internacionais – Prof. Doutor António Gameiro.

1.º Ciclo em Estudos de Segurança – Prof. Doutor Sérgio Vieira da Silva

1.º Ciclo em Ciência das Religiões – Prof. Paulo Mendes Pinto.

2.º Ciclo em Ciência Política – Cidadania e Governação – Prof. Doutor José Filipe Pinto.

2.º Ciclo em Diplomacia e Relações Internacionais – Prof. Doutor José Filipe Pinto.

2.º Ciclo em Ciência das Religiões – Prof. Doutor Henrique Pinto

2.º Ciclo em Lusofonia: Economia, Políticas e Culturas – Prof. Doutor Fernando Campos.

3.º Ciclo em Ciência Política – Prof. Doutor João de Almeida Santos

Centro de Investigação

CICPRIS – Centro de Investigação em Ciência Política, Relações Internacionais – Prof. Doutor João de Almeida Santos

III.

Órgãos

São órgãos da **DeCPoSRI.UL** o Diretor, o Subdiretor, a Comissão Científica e a Comissão Pedagógica.

IV.

Regulamentos, Formulários e Protocolos (em anexo)

1. O DeCPoSRI está dotada dos seguintes **Regulamentos internos**:

(a) Regulamento do Departamento;

(b) Regulamento do Conselho Científico da FCSEA;

- (c) Regulamento do Conselho Pedagógico da FCSEA;
- (d) Regulamento do Mestrado em Ciência Política, Cidadania e Governação;
- (e) Regulamento do Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais;
- (f) Regulamento do Mestrado em Ciência das Religiões;
- (g) Regulamento do Doutoramento em Ciência Política;
- (h) Regulamento Pedagógico dos Métodos de Ensino e da Avaliação de Aprendizagens e de Competências dos Cursos de Licenciatura e de Especialização/Parte Curricular dos Mestrados do DeCPoSRI;
- (i) Normas para elaboração das Teses.
- (j) O Departamento dispõe ainda de um
- (l) **Regulamento Operacional interno** (em anexo), já aprovado pelo Conselho Científico e pela Administração, que contém as normas fundamentais de funcionamento da Faculdade:

*** Regulamento Operacional Interno**

O ensino superior, público e privado, universitário e politécnico, tem vindo a ser objeto de regular avaliação por parte dos poderes públicos com vista a promover o reforço da sua qualidade quer no plano da docência quer no plano da investigação quer, ainda, no plano dos procedimentos formais. Foi assim que nasceram as agências de acreditação do ensino e da investigação, instituições cada vez mais incontornáveis no processo de certificação e de validação formal dos cursos em todos os seus níveis: 1.º Ciclo, 2.º Ciclo e 3.º Ciclo. Devem, por isso, as instituições de ensino superior, em todos os seus graus, adotar critérios rigorosos de ensino e de investigação de modo a que possam ter sucesso nas provas a que regularmente são sujeitas, não só para obterem a necessária validação formal e os recursos necessários a um seu funcionamento cada vez mais exigente, mas, sobretudo, para se imporem ao universo académico e à opinião pública como instituições de excelência num universo concorrencial cada vez mais competitivo.

Assim sendo, a «Faculdade de Ciência Política e Relações Internacionais» promove, com o maior rigor, no ensino e na investigação, os critérios considerados decisivos pela comunidade científica para um bom desempenho das suas funções, em linha com aquelas que são as tendências mais avançadas na sua área de intervenção, propondo designadamente novos caminhos para o desenvolvimento da ciência política através da

incorporação de novas áreas de saber que hoje interagem cada vez mais, e com grande poder e autonomia de linguagem, com o domínio da política, como acontece, por exemplo, com as ciências da comunicação.

Para tal, a FCPRI aposta na qualificação do seu corpo docente e de investigação, dotando-se de docentes com graus académicos avançados e com manifesta e regular produção científica segundo as melhores práticas, ao mesmo tempo que se dota de instrumentos adequados ao bom desempenho dos seus docentes e investigadores, designadamente através da ativação e da internacionalização de um forte centro de investigação, mas também de instrumentos de comunicação científica e pedagógica que possam dar vazão à produção dos seus docentes, designadamente de uma Revista de qualidade e de instrumentos digitais «on line».

Assim, para um mais eficaz funcionamento da Faculdade procedeu-se a uma compilação dos princípios e práticas fundamentais que resultam não só das exigências hoje colocadas em agenda pela Agência de Acreditação A3ES, mas também dos imperativos de carácter técnico-administrativo e processuais que regulam as relações entre a Instituição, os Professores, os Funcionários e os Alunos:

- a.** Os docentes da FCPRI serão, por regra, doutorados, embora aceitando-se, em certos casos e na impossibilidade de contratação de doutorados, mestres e, em casos verdadeiramente excepcionais, por tempo determinado, licenciados.
- b.** Os docentes deverão manter produção científica regular no âmbito das suas funções docentes específicas, designadamente nos instrumentos (publicações) que lhes serão disponibilizados pela FCPRI, e, naturalmente, em publicações cientificamente reconhecidas, nacional e internacionalmente.
- c.** Os docentes deverão empenhar-se em promover relações científicas com instituições internacionais de prestígio, designadamente ao nível das linhas de investigação e no plano editorial.
- e.** Os docentes deverão preencher, antes do início de cada semestre, a Ficha de Unidade Curricular (*), de acordo com a norma, e fundamentando as suas opções programáticas e metodológicas, bem como a respetiva Ficha do Docente, que deverá ser regularmente atualizada.
- f.** Os docentes deverão elaborar um Relatório no fim de cada Semestre de acordo com o Formulário que lhes será fornecido, enviando em anexo os instrumentos de avaliação utilizados (**).
- g.** Os docentes deverão lançar as notas de preferência até oito dias da data das provas de avaliação.

h. No final do semestre, aquando do lançamento de notas, os docentes deverão entregar na Secretaria Pedagógica uma cópia assinada da qual constem todos os alunos avaliados, mesmo aqueles cuja nota, por qualquer motivo excecional, não foi possível lançar.

i. Os sumários deverão ser regularmente lançados, com a matéria analiticamente descrita e respetiva bibliografia, obras de referência e obras atuais, de acordo com as normas em vigor (designadamente com a norma APA).

j. Os métodos de avaliação dos alunos deverão obedecer ao regulamento de avaliação da Faculdade/Universidade, em vigor, sendo deles dado conhecimento aos alunos no início do ano letivo e inscritos, nas suas linhas gerais, na ficha de unidade curricular e no moodle.

k. Sempre que forem detetadas fraudes durante as avaliações (cópia, plágio) os docentes deverão de imediato proceder à anulação da prova. No caso da avaliação contínua, o aluno terá obrigatoriamente de se submeter a exame final.

l. No início de cada semestre os docentes do primeiro ciclo deverão definir, em diálogo com os alunos, a organização do tempo letivo, estabelecendo o intervalo (ou intervalos) necessário a um eficaz exercício de ensino/aprendizagem.

m. Sempre que se verifiquem greves nos transportes, deverá haver flexibilidade relativamente à exigência de presença dos alunos nas aulas.

n. Não devem ser permitidas mudanças nas unidades opcionais quando tiver decorrido mais de um mês e meio do início das aulas.

o. Não deve ser permitida a presença nas aulas de alunos não inscritos, quando tiver decorrido um mês e meio do início das aulas.

O cumprimento destas normas tornará o processo educativo mais rigoroso, mais eficaz e mais justo, pelo que se apela aos Senhores Professores, Alunos e Funcionários a que as adotem, considerando-as simplesmente como meios para melhorar as prestações da Faculdade, servindo cada vez melhor os seus verdadeiros destinatários: os alunos.

**a) João de Almeida Santos
e José Filipe Pinto.
Aprovado pela Administração
e, na generalidade, pelo Conselho Científico
Em 27.08.2012 e 06.09.2012**

2. FUC – Ficha de unidade curricular)
[No início de cada semestre]

Descrição e fundamentação dos objetivos e organização do ciclo de estudos e sua integração no projeto educativo, científico e cultural da instituição

Unidades curriculares

Instruction of the request.

Description and grounding of the study cycle's objectives and organisation and of its integration into the institution's educational, scientific and cultural project.

Curricular units.

1.

Unidade curricular:

Curricular Unit:

2.

Docente responsável (preencher o nome completo):

Responsible academic staff member (fill in the fullname):

3.

Outros docentes que lecionam a unidade curricular:

Other academic staff members involved in the curricular unit:

3.1.

Objetivos da unidade curricular:

Objectives of the curricular unit

3.2.

Conhecimentos, capacidades e competências a adquirir

Learning outcomes of the course unit.

3.3.

Conteúdos programáticos:

Syllabus:

3.4.

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular.

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

3.5.

Metodologias de ensino e avaliação:

Teaching methodologies (including evaluation):

1000 caracteres disponíveis de 1000

3.6.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos da unidade curricular.

Demonstration of the teaching methodologies coherence with the curricular unit's objectives.

3.7.

Bibliografia principal:

Referências: [Clássicos e obras essenciais]

Bibliografia: [Literatura actual sobre os temas]

Main Bibliography:

NOTA: este anexo é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.

NOTE: this annex is to be repeated as many times as necessary to describe the different curricular units.

3. Relatório Semestral - Modelo

[No fim de cada semestre]

Ciclo de Estudos: 1.º Ciclo – Licenciatura; 2.º Ciclo – Mestrado; 3º Ciclo – Doutoramento.

Unidade Curricular:

Docente:.....

1. Cumprimento do programa:

2. Caracterização da turma: assiduidade, n.º médio de alunos presente, pontualidade, participação nas aulas, etc.):

3. Processos de avaliação utilizados.....

4. Resultados.....

5. Pontos Fortes:

6. Pontos Fracos:

7. Sugestões:

8. Anexo com os instrumentos de avaliação utilizados.

O Docente.....

4. Protocolos.

4.1. Protocolo DeCPoSRI/ECATI (Já assinado, a 19.09.12, pelas Direções DeCPoSRI e da ECATI)

Protocolo

A submeter à apreciação do Senhor Diretor da ECATI e dos Senhores Diretores dos Doutoramentos em «Ciências da Comunicação» e em «Filosofia»

1. A não acreditação do *Doutoramento de Ciência Política* já para o ano letivo de 2012/2013 levanta o problema de saber para onde canalizar os novos candidatos a este Doutoramento de forma a garantir a sua permanência na ULHT.
2. Sendo certo que a Ciência Política é um ramo do saber autónomo e específico, com a sua história, o seu património conceptual e as suas especialidades, também é certo que ela se cruza, em certos casos muito intensamente, com ramos do saber que lhe muito são próximos. É o caso da filosofia, casa-mãe de um ramo do saber que está nas origens da própria ciência política, a filosofia política, mas é também o caso das ciências da comunicação, pelo papel central que a comunicação ocupa nos processos políticos, sejam eles de natureza autoritária (na preservação do poder) sejam eles de natureza democrática (no acesso e na preservação do poder).
3. Existe na ULHT uma Faculdade, a ECATI, que dispõe de dois Doutoramentos que poderão representar uma oferta consistente aos novos candidatos ao *Doutoramento em Ciência Política*, desde que a sua opção possa ser reconvertida para o âmbito da especialidade em *Filosofia Política*, caso do *Doutoramento em Filosofia*, ou para o âmbito da *Comunicação Política*, caso do *Doutoramento em Ciências da Comunicação*.
4. Neste último caso, existe um seminário explicitamente dedicado ao tema «Política e Comunicação», sendo, naturalmente, a área de política e comunicação uma das ofertas para os candidatos à elaboração de Teses de Doutoramento.
5. No caso do *Doutoramento em Filosofia*, a especialidade de *Filosofia Política* está, como se compreende, disponível, existindo no plano de estudos três unidades curriculares relacionadas com a *Filosofia Política*, constituindo, por isso, esta área uma das ofertas para a elaboração de teses de Doutoramento.
6. Assim sendo, a «*Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais*», não estando, no presente ano letivo, em condições de oferecer um *Doutoramento em Ciência Política*, tem todo o interesse em se associar a estas soluções, propondo, por um lado, ligeiras alterações numa

ou noutra unidade curricular dos Doutoramentos, com o objetivo de abrir caminho a doutoramentos em filosofia política e em comunicação política, e, por outro, a colaboração docente, nestes Doutoramentos, de um ou outro professor desta Faculdade, que, naturalmente, passariam a integrar os Conselhos Científicos destes Doutoramentos.

7. Neste sentido, propomos que sejam consideradas as seguintes propostas de alteração à «Nomenclatura Proposta»: (a) a unidade curricular «Questões de Filosofia da Técnica e dos Media», do 1.º Ano, 1.º Semestre, passaria a ter a seguinte designação: «Política, redes e comunicação»; a unidade curricular «Questões de Ética e Filosofia política contemporânea», do 1.º Ano, 2.º Semestre, passaria a ter a seguinte designação: «Questões de Filosofia Política, Ética e Sociedade». A unidade curricular «Política, Redes e Comunicação» poderia funcionar em conjunto com o Seminário do Doutoramento em Ciências da Comunicação «Política e Comunicação». Propomos ainda que o Prof. Doutor João de Almeida Santos, Diretor da FCPLFI, passe a integrar o Conselho Científico do Doutoramento em Filosofia, admitindo-se a hipótese de, em tempo oportuno, outro docente desta Faculdade, com especialidade em Filosofia, passar a integrar também o Conselho Científico.

8. Vimos, assim, propor o estabelecimento de um *Protocolo* entre a ECATI e a FCPLRI como forma de dar consistência institucional e formal a esta forma de colaboração, ficando as concretas soluções alcançadas consignadas quer nos Planos de Estudos dos Doutoramentos quer nas Listas do Corpo Docente e nos respetivos Conselhos Científicos, documentos que farão parte integrante do Protocolo a assinar e cujo texto poderá identificar-se com as linhas gerais da presente comunicação.

Lisboa, ULHT. DeCPoSRI/FCSEA, 17 de setembro de 2012.

Assinado:

João de Almeida Santos
(Diretor)
José Filipe Pinto
(Subdiretor)
José Bragança de Miranda
e José Gomes Pinto
(Ecati).

4.2. Ciência das Religiões.

4.2.1. COFAC/Ciência das Religiões/Sociedade Bíblica de Portugal
Protocolo assinado a 17.10.2012.

4.2.2. COFAC/Ciência das Religiões/Comunidade Portuguesa de
Candomblé e Yorubá. Protocolo assinado a 17.10.2013.

4.2.3. COFAC/Ciência das Religiões/Associação Padrão Plural. Protocolo assinado a 17.10.2013.

4.2.4. COFAC/Ciência das Religiões/Comunidade Islâmica de Lisboa. Protocolo assinado a 15.01.2013.

V.

Uma nova estratégia

Todas estas mudanças foram promovidas de acordo com as boas práticas educativas e de investigação tal como vêm sendo assumidas pela A3ES e pela FCT. Assim sendo, no processo de avaliação foram assumidas as alterações que resultaram de um profundo debate, primeiro, no Conselho Científico, e, depois, da audição de professores, de alunos e dos serviços, produzindo-se, em sucessivas reuniões da Comissão de Auto-avaliação (CAA), um documento que refletia todos estes contributos, integrando-os.

É de sublinhar, por outro lado, que foi feito um esforço de redefinição da identidade do curso de **Ciência Política e Relações Internacionais**, mas também do **Mestrado em Ciência Política, Cidadania e Governação** (vertido no processo enviado à A3ES, logo a seguir à visita da CAE), de acordo com dois fatores essenciais: a) a identidade deste curso de Ciência Política, tendo em conta as ofertas noutras instituições de ensino superior; a) a composição do universo dos alunos.

Em relação ao primeiro, iniciámos um programa de reorientação do curso para uma maior presença das grandes questões da comunicação no interior do quadro clássico da Ciência Política, sabendo-se da importância deste fator em todos os processos políticos, nacionais e internacionais, democráticos ou não. Verificando-se no nosso panorama uma distribuição relativamente equilibrada por outras instituições de ensino superior de orientações de dominante em sociologia política, em teoria política e em filosofia política, e estando em grande medida a comunicação política integrada sobretudo em escolas de comunicação, estamos a reorientar-nos para integrar no Departamento, na ótica da ciência política, as ciências da comunicação, aproximando os dois ramos do saber, numa perspetiva simbiótica. Este esforço está a ser progressivo e a desenvolver-se com maior intensidade no âmbito do CICPRIS e das suas linhas de investigação.

Por outro lado, verificando-se que o universo dos nossos estudantes integra uma maioria esmagadora de estudantes de origem africana, superior a dois terços, o programa geral da Ciência Política – e, em geral, a investigação – contém ajustamentos que visam dotar estes estudantes de conhecimentos na área de ciência política, relações internacionais e afins que os dotem de uma *grande versatilidade profissional* nos casos, abundantes, em que venham a integrar os quadros das administrações dos países de proveniência no universo da CPLP. Neste sentido, o curso procura, garantindo coerência e solidez disciplinar, uma boa versatilidade capaz de responder às exigências de empregabilidade dos estudantes. Também se responde a este desafio global, e com particular incidência no universo dos oriundos de África, oferecendo unidades curriculares específicas e desenvolvendo linhas de investigação – sobretudo ao nível do segundo ciclo – que contemplem estudos africanos, estudos lusófonos ou os estudos identificados nas várias linhas de investigação do CICPRIS. **Neste sentido, o nosso Departamento exhibe uma especificidade que não encontra paralelo em nenhum outro estabelecimento de ensino superior no nosso País.**

Definiu-se, assim, uma concreta identidade científica geral para a Licenciatura em Ciência Política e para o novo Doutoramento internacional a candidatar, além das relações internacionais e da diplomacia. Trata-se, portanto, de reforçar os planos de estudo e sobretudo os conteúdos com uma orientação que privilegia as relações entre Política e Comunicação, uma vez que os processos políticos – e não só os que se desenvolvem em ambiente democrático – integram uma componente que é decisiva não só para a legitimação do poder, mas também para o acesso ao poder e para a sua conservação: a comunicação. Esta orientação revela-se muito importante numa licenciatura e num doutoramento em Ciência Política, até porque as relações entre a política e a comunicação têm estado quase sempre confinadas às instituições científicas especializadas em comunicação, mantendo-se arredadas das Faculdades ou Departamentos de Ciência Política. Como já se disse, em Portugal, esta área tem-se mantido nas escolas de comunicação, já que as instituições de Ciência Política têm assumido matrizes que se inspiram no essencial na tradição jurídica, na

filosofia e na teoria política ou na sociologia política (em particular a sociologia eleitoral). É no quadro desta redefinição que a nova reestruturação tem vindo a conhecer algumas alterações neste sentido, ou seja, com reforço nas áreas da propaganda política, da comunicação política, das teorias dos efeitos políticos da comunicação, das relações da política com as TIC, suportadas naturalmente na teoria política clássica, mas procurando construir uma relação simbiótica com a teoria da comunicação.

Esta orientação verificar-se-á também no plano da investigação, que será suportada pelo CICPRIS, já constituído e em desenvolvimento . Este Centro, procurando ganhar escala e desenvolver sinergias, integra, como já se disse, as linhas de investigação já disponíveis e a criar quer no **Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais**, da **ULHT** quer no **Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da FCESE** da **Universidade Lusófona do Porto**, pretendendo constituir-se como espaço de acolhimento das linhas de investigação em teoria política existentes nas várias instituições do Grupo Lusófona, dispondo de um Diretor (do DeCPoSRI) e de Diretores das outras instituições, que o integrarão. A **Revista ResPublica**, em nova série, é o instrumento de comunicação interna e externa do Centro, seguindo o modelo de organização do próprio Centro e dispondo, por isso, de um Conselho Editorial integrado pelos membros do Conselho Consultivo Internacional do CICPRIS, onde poderá recrutar colaboradores muito qualificados e um conjunto de especialistas que constituirão a equipa de referees. Esta revista é sobretudo uma Revista Digital, dotada, todavia, de um número restrito de exemplares em papel. O Conselho Consultivo, que será comum ao Centro e à sua Revista, integrará personalidades académicas de relevo, nacionais e estrangeiras. O CICPRIS dispõe já de um Site próprio – já *on line* - que contém tudo o que de relevante existe e se passa nele e nos Departamentos que o integram, sendo um instrumento essencial de comunicação e de informação interna e externa.

Procedimentos Administrativos

Em relação aos procedimentos administrativos está-se a proceder às reuniões regulamentarmente previstas, seguindo escrupulosamente as

normas adotadas quer no que diz respeito às reuniões dos órgãos (Comissão Científica e Comissão Pedagógica do Departamento), designadamente o arquivamento, em suporte digital e em suporte de papel, de atas, fichas de presenças e documentos objeto de deliberação, à publicação atempada das fichas das unidades curriculares, à publicação dos currículos dos docentes na plataforma A2AS e FCT/SIG, à publicação atempada do relatório-síntese geral semestral. Por outro lado, o **Regulamento Operacional** do Departamento estabelece em pormenor normas de funcionamento prático do Departamento. Por outro lado, serão promovidas reuniões mensais de todas as linhas de investigação, integrando mestrandos e doutorandos, com vista à promoção de sinergias que garantam maior eficácia e produtividade científica.

O Departamento promoverá conferências e seminários regulares em todas as suas áreas de ação de modo a dotar os alunos e professores de uma sólida cultura científica global em todas as áreas em que opera O Departamento (Programa já realizado e a realizar, em anexo).

A preparação do Ano Letivo.

A preparação do ano letivo decorre em dois planos: preparação, pela Direção, da proposta de Plano de Atividades, dos documentos orientadores fundamentais e da Distribuição do Serviço Docente, em reuniões com os Diretores dos Cursos; discussão e aprovação do Plano de Atividades, Distribuição do Serviço Docente e Documentos orientadores Fundamentais (por exemplo, o Regulamento Operacional Interno) em reuniões da Comissão Científica e da Comissão Pedagógica.

VI.

Comissões Científica e Pedagógica. Composição.

1. Conselho Científico (antigo).

João de Almeida Santos, António de Almeida Tomé, Fernanda Neutel, Fernando Campos, Fernando Pereira Marques, Henrique Pinto, Joel Hasse Ferreira, José Ampagatubó, José Carlos Calazans, José Filipe Pinto, Maria Sousa Galito, Nuno Cardoso da Silva, Olga Iglésias, Tchernó Djaló, Teotónio de Souza.

2. Conselho Pedagógico (antigo)

João de Almeida Santos, José Filipe Pinto, Eduardo Miranda, Esmeraldo Azevedo, Fernanda Miranda, Fernanda Neutel, Fernando Campos, Ganna Melnychenko, Joel Hasse Ferreira, Maria Manuela Gomes, José João Rita, Ana Sofia Sousa, Paulo Mendes Pinto, Regina Queiroz, Rui Oliveira e Costa.

(A completar, através de eleições, por se terem verificado conclusões de curso e saída de um Professor)

3. Comissão Científica de Ciência Política e Relações Internacionais (antiga)

José Filipe Pinto, Fernando Campos, Fernanda Neutel, Fernando Pereira Marques, António de Almeida Tomé, Regina Queiroz, Teotónio de Sousa.

4. Comissão Científica de Estudos Europeus e Relações Internacionais (antiga)

António Gameiro, Joel Hasse Ferreira, José Ampagatubó, Fernanda Miranda, Eduardo Miranda, Nuno Cardoso Silva.

5. No novo Departamento existem somente uma Comissão Científica e uma Comissão Pedagógica.

5.1. Comissão Científica

Professores Doutorados de Carreira

Candidatos Eleitos	Observações
Adelino Torres	Eleito
Fernando Pereira Marques	Eleito

Professores Doutorados a Tempo Integral

Candidatos Eleitos	Observações
Fernando Campos	Eleito
Nuno Cardoso Silva	Eleito

Investigadores

Candidatos Eleitos	Observações
António de Almeida Tomé	Eleito
Regina Queiroz	Eleito

Inerências: João de Almeida Santos, José Filipe Pinto, António Gameiro, Sérgio Vieira da Silva e Paulo Mendes Pinto. ***Total:*** onze Professores.

5.2. Comissão Pedagógica

Professores Doutorados

Candidatos Eleitos	Observações
António de Almeida Tomé	Eleito

Mestres ou Licenciados

Candidatos Eleitos	Observações
Sílvia Mangerona	Eleito

Alunos

Candidatos Eleitos	Observações
André Rodrigues (ES) - LIC	Eleito
João Videira (CPRI) - LIC	Eleito

Inerências: João de Almeida Santos, José Filipe Pinto, António Gameiro, Sérgio Vieira da Silva e Paulo Mendes Pinto. ***Total:*** nove membros.

VII.

Encontros Científicos e Outros.

1. 2012-2013. Relatório

(Ciência Política e Relações Internacionais, Estudos Europeus e Relações Internacionais, Ciência das Religiões).

Abertura do ano letivo 2012-2013 [1 de outubro]

*** Lição Inaugural pelo Dr. Luís Amado**, Ex-Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, sobre **A crise internacional, a Europa e Portugal [Efetuada]**. Presenças: 72].

*** Conferência «As eleições americanas»:**

1. «**O sistema político dos Estados Unidos da América**», por Mestre **Rui Oliveira e Costa**, da ULHT **[Efetuada]**. Presenças: 85].

2. «**Geopolítica e Geoestratégia dos Estados Unidos da América**», pelo **Prof. Doutor António Rebelo de Sousa**, do ISCPS [30.10.2012, 18H30] **[Efetuada]**. Presenças: 85].

*** Conferência do Embaixador de Angola**, 8 novembro de 2012 (em cooperação com a Reitoria e a Administração) (adiada para o ano letivo de 2013-2014).

3. Conferência "**União política, Governo Económico**", pelo **Presidente do Tribunal de Contas, Dr. Guilherme D'Oliveira Martins** [26.11. 2012, 18H00/21H00] **[Efetuada]**. Presenças: 107].

4. Conferência do **Prof. Doutor José Filipe Pinto** sobre «**A importância da Lusofonia nas relações internacionais**», no **Centro Nacional de Cultura**, em cooperação com Plataforma Intercultural Oriente-Occidente [26.11.2012] **[Efetuada]**.

5. **Visita dos Alunos dos 2.º e 3.º anos de Estudos Europeus à Assembleia da República –Responsável pela organização e condução da visita, Prof. Doutor António Gameiro, 12.12.2012 [Efetuada]**.

6. **Visita dos Alunos dos 1.º, 2.º e 3.º anos de Ciência Política e Relações Internacionais à Assembleia da República –Responsável pela organização e condução da visita, Prof. Doutor JFP. A efetuar DURANTE O PRIMEIRO SEMESTRE DO ANO Letivo de 2013-2014.**

7. **Ciclo Yorubá e de todas as Áfricas. Exposição de Fotografia: «Povo de Santo» do Fotógrafo Carlos Muralhas. Conferência: Isabel Castro Henriques: Os africanos na história da cidade de Lisboa. Colóquio: «O que é religião em África?. Identidade, pertença e prática ritual. Lançamento do livro de João Ferreira Dias: «Candomblé em português: história, organização, teologia. ULHT. 9 de fevereiro (Efetuado).**

8. «**A carta europeia do direitos fundamentais e seu alcance na ordem interna dos Estados Membros**», pelo Mestre **José Miguel Sardinha**, atual Presidente da Comissão de Revisão do Código das Expropriações e membro da Comissão de Revisão do Código do Procedimento Administrativo, dia 9 de abril, às 18H30 **(Efetuada. 70 presenças)**.

9. «A ordem económica do União Europeia e a ordem interna portuguesa», pelo Prof. Doutor Luís Cabral Moncada, no dia 9 de abril, às 19H30 (Efetuada. 70 presenças).

10. Colóquio: «O Estado e a Religião: entre a ética do cidadão e a espiritualidade do indivíduo». Dora Bognandi, Paulo Renato Garrochinho, Fernando Soares Loja. Entrega do Prémio: A liberdade religiosa na Lusofonia. 28.05.2013. 18H00 (Efetuada. 120 presenças).

11. 2001/2011: as variações do universo religioso nacional. Colóquio centrado nos dados dos Censos tornados públicos. Janeiro de 2013 (Efetuado).

12. Conferência «O Direito Constitucional Europeu», pelo Prof. Doutor Paulo Sande [Adiada para o ano letivo de 2013-2014].

13. Mesa redonda sobre o peso dos novos movimentos sociais na vida política, com a participação de representantes das ONGs, de grupos de cidadãos eleitores e de forças partidárias [adiada para o ano letivo de 2013-2014].

14. Quinhentos anos de «O Príncipe», de Maquiavel: Conferências. A efetuar em Dezembro de 2013, por ocasião do lançamento do número especial da «ResPublica» (n.º 13) sobre Maquiavel, 500 anos de «O Príncipe».

15. Conferência: Prof. Doutor Adriano Moreira - O Novíssimo Príncipe. [Dezembro de 2013].

16. «A harmonização fiscal da União Europeia», pelo Mestre **António Amado**, docente da Universidade Lusófona e Diretor de Finanças (a efetuar no ano letivo de 2013-2014).

17. Conferência sobre «QREN 2014-2020», por **Capoulas Santos**, eurodeputado, e **Gabriela Ventura**, gestora do PRODER (a efetuar no ano letivo de 2013-2014).

18. 7.º Seminário Internacional, em cooperação com RDP África, 28 maio 2013 (efetuado).

19. «O Dia Europeu do Mar», conferência do **Vice-Almirante Nuno Vieira Matias** sobre a importância do mar na definição do futuro de Portugal [a efetuar no ano letivo de 2013-2014].

20. «O valor da língua portuguesa», conferência do Diretor do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, **Prof. Gilvan Muller de Oliveira** [a efetuar no ano letivo de 2013-2014].

21. Lançamento do I Congresso Lusófono de Ciência das Religiões.

Grande evento que reunirá na ULHT os investigadores de Ciência das Religiões de todo o mundo Lusófono. A organização terá participação de algumas das mais importantes universidades de Portugal e do Brasil: Universidade de Lisboa, Universidade de Coimbra, Univ. Federal de Juiz de Fora, Univ. Fluminense, Univ. Federal da Paraíba, Pontifícia Univ. Católica de São Paulo [Em preparação. Previsto para outubro de 2014].

22. Clube de Pensamento Al-Mu'tamid». Trata-se de um grupo desenvolvido em parceria com a Comunidade Islâmica de Lisboa, que terá como face visível um grande debate mensal sobre temas da atualidade. Os debates terão lugar na Mesquita Central de Lisboa, integrando jantar. Teremos sempre dois grandes conferencistas.

23. Realizadas 4 Sessões: 1. Apresentação e assinatura do Protocolo – 15 de janeiro; 2. Construir um futuro: estamos atados a uma ideia de crise? – 19 de fevereiro: com André Barata, Miguel Real, Henrique Pinto; **Religião e Poder – 19 de março:** Catalina Pestana, José Eduardo Franco e David Munir; **A primavera Árabe – 14 de Abril –** António Dias Farinha, José Manuel Anes, Teresa Almeida Silva. **O Estado Social –** João de Almeida Santos, Joaquim Franco e Zita Seabra (26.11.2013)

24. No âmbito do Programa internacional Tempus decorreram entre 30 de abril e 2 de maio vários encontros com uma delegação de responsáveis de duas Universidades do Azerbaijão: Khazar University, Baba Bayramli e Rashad Huseynov e Baku Slavic University, Guney Maharramova. Os encontros visaram reconhecer as experiências mútuas no âmbito da Ciência Política, os Estudos Europeus e as Relações Internacionais, o relacionamento institucional formal entre as três Universidades, quer ao nível de Professores e Investigadores quer ao nível de estudantes, e a convergência de Planos de Estudos e Projetos de investigação. Da parte da ULHT os encontros contaram com a presença dos responsáveis pelo Departamento de Relações Internacionais da ULHT e com a presença dos Diretores do Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais, Prof. Doutor João de Almeida Santos, do Diretor da Licenciatura em CPRI e dos Mestrados em DRI e CPCG, Prof. Doutor José Filipe Pinto e ainda do Diretor da Licenciatura em Estudos Europeus e Relações Internacionais, Prof. Doutor António Gameiro. Ficou decidido que delegações da ULHT e das Universidades de Baku e Khazar se deslocarão a Portugal e ao Azerbaijão para desenvolver e aprofundar as relações em concretos programas de trabalho.

2. 2013-2014. Plano de Atividades

*** Abertura do ano letivo de 2013-2014**

1. Conferência inaugural pelo Dr. António da Almeida Santos, Auditório Armando Guebuza (adiada e substituída pela atividade 3).

2. VI Congresso Internacional da Africa Lusófona. I Encontro da África Global.

5-7 de novembro. Auditório Agostinho da Silva. (Realizado)

3. Apresentação do Livro *À Esquerda da Crise* (Lisboa: Vega, 2013) na Biblioteca da Câmara Municipal de Lisboa, pelo Dr. António de Almeida Santos – Novembro. (Realizado)

4. Workshop sobre Criminologia e Vitimologia, nos dias 15 e 16 no Auditório Agostinho da Silva pelo Prof. Doutor José Pinto da Costa. (Realizado)

5. Conferência «Portugal: Certezas e Crise» pelo Prof. José Pinto na Universidade Sénior de Almada – 22 de Novembro (realizada)

6.O Estado Social – Mesquita de Lisboa. Participação de João de Almeida Santos, Joaquim Franco e Zita Seabra (26.11.2013). Realizada.

7. Visita guiada dos alunos dos 1.º, 2.º e 3.º anos de Ciência Política e Relações Internacionais à Academia de Ciências e assistência à apresentação da obra *Memórias do Outono Ocidental* – 17 de Dezembro

8. Ciclo Maquiavel

8.1. Preparação de um número especial da revista *ResPublica* sobre Maquiavel por ocasião dos 500 anos de *O Príncipe* – Dezembro 2013

8.2. Apresentação do N.º 13 da revista *ResPublica* sobre Maquiavel, com a presença dos autores – Janeiro 2014

8.3. Conferência: Prof. Doutor Adriano Moreira - O Novíssimo Príncipe –Março de 2014

9.Conferência do Embaixador de Angola, em cooperação com a Reitoria e a Administração – a agendar de acordo com a agenda do Sr. Embaixador

10. Visita dos Alunos dos 1.º, 2.º e 3.º anos de Ciência Política e Relações Internacionais à Assembleia da República – Responsável pela organização e condução da visita, Prof. Doutor JFP – Janeiro 2014

11. Realização de workshops sobre Protocolo e Cidadania – Fevereiro 2014

12. Conferência «O Direito Constitucional Europeu», pelo Prof. Doutor Paulo Sande – Fevereiro 2014

13. Mesa redonda sobre o peso dos novos movimentos sociais na vida política, com a participação de representantes das ONGs, de grupos de cidadãos eleitores e de forças partidárias – Abril 2014

14. «A harmonização fiscal da União Europeia», pelo Mestre António Amado, docente da Universidade Lusófona e Diretor de Finanças – Maio de 2014

15. Visita guiada dos alunos dos 1.º, 2.º e 3.º anos de Ciência Política e Relações Internacionais à Sociedade de Geografia de Lisboa e assistência a uma palestra – Maio de 2014

16. Conferência sobre «QREN 2014-2020», por Capoulas Santos, eurodeputado, e Gabriela Ventura, gestora do PRODER – Junho 2014

17. Conferência do Secretário-Executivo da CPLP nos 18 anos da Comunidade – Julho 2014.

VIII.

Publicações.

1. Pinto, J. F. (2013). *Os políticos e a crise. De Salazar a Passos Coelho*. Coimbra: Almedina.

2. Pinto, J. F. (2012). *Lisboa, os Açores e a América. Base das Lages: jogos de poder ou rapina de soberania?* Coimbra: Almedina.

3. Santos, J.A. (2013) (Org.). *À esquerda da crise*. Lisboa: Vega.

4. Santos, J.A. (2012). *Média e Poder. O poder mediático e a erosão da democracia representativa*. Lisboa: Vega.

5. Publicação da nova Série da Revista do CICPRIS, *ResPublica*: agosto de 2013, n.ºs 09 (2009), 10 (2010), 11 (2011), 12 (2012).

6. Aristóteles (2012). *Ética a Nicómaco*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. Trad. e anotação de Dimas de Almeida com Introdução de Manuel Carmo Ferreira. Iniciativa de CR.

7. Manutenção da **Revista Lusófona de Ciência das Religiões**, robustecendo a sua credibilidade e indexação internacional; publicação do vol. 17.

8. Manutenção da **Série Monográfica da Revista Lusófona de Ciência das Religiões**;

9. Continuação da edição da série – através de parcerias com outras editoras – **Textos Clássicos das Religiões**.

10. **Publicação do volume *Frei Bento Domingues***: o incómodo da coerência (Lisboa, Paulinas, 2012), com organização de Paulo Mendes Pinto. Lançado na ULHT.

Apresentação efetuada no dia 11 de Dezembro (2012), com Frei Bento Domingues, Guilherme de Oliveira Martins e Maria José Morgado. Auditório Agostinho da Silva completo.

11. ***Calvino – diálogo e modernidade***, com coordenação de Paulo Mendes Pinto (primeiro livro em Portugal sobre este importante reformador).

12. **Lançamento do Livro de Paulo Mendes Pinto (Coord.) «Memórias de Damasco»**. Edição do Clube de Filosofia «Al-Mu'tamid». Mesquita de Lisboa.

13. **Lançamento** do livro de Maria Julieta Mendes Dias: **«Paz, Justiça e integridade da criação»**. Série Monográfica da Revista Lusófona de Ciência das religiões. 21.05.2013. Mesquita de Lisboa.

14. **Lançamento do Livro coordenado por José Eduardo Fanco «Instituições, Cargos, Hierarquias. Um dicionário da cultura católica»**. Cadernos da Ciência das Religiões. 21.05.2013. Mesquita de Lisboa.

IX.

Formação.

Ações de Formação. Ano letivo de 2013-2014.

1. Ação de formação sobre *como apresentar um projeto à FCT ou/ e à União Europeia*.

Participantes eventuais: um funcionário da FCT, um investigador com experiência, um funcionário da Lusófona.

2. Ação de Formação no âmbito das *Novas Metodologias na Área de Investigação* - métodos qualitativos e quantitativos – em colaboração eventual com a ECATI.

Formador/investigador/ professor a contactar

3. Ação de Formação no âmbito das Novas Tecnologias- *as novas tecnologias como fator impulsionador da Investigação- páginas e blogues*

Formador/investigador/ professor a contactar

4. A empregabilidade na União Europeia, em colaboração com o Centro Jean Monnet.

X.

Formação Graduada. Ofertas.

1. Pós-graduações (Especializações Avançadas)

(Cursos organizados em cooperação com o ISG-Instituto Superior de Gestão e OLAE - Observatório Lusófono)

Cursos:

- ☐ **RI-NCI/Relações Internacionais - Negócios e Cooperação Internacionais**
- ☐ **EE-IEEI/ Estudos Europeus - Integração Europeia e Economia Internacional**
- ☐ **EERI/Estudos Europeus e Relações Internacionais**
- ☐ **RI-IIE/ Relações Internacionais-Investimentos e Internacionalização Empresarial (a)**
- ☐ **RI-NLI/Relações Internacionais-Negócios e Liderança Internacionais**
- ☐ **RI-NEII/Relações Internacionais-Negócios, Empreendedorismo e Inovação Internacionais**
- ☐ **RI-NDE/Relações Internacionais-Negócios e Diplomacia Económica**

A conclusão com êxito desta PG conduz imediatamente à matrícula no 2º. Ano do Mestrado em Estratégia de Investimento e Internacionalização,

ministrada no Instituto Superior de Gestão, pertencente, também, ao Grupo Lusófono.

Destinatários/Público Alvo

A finalidade primordial da (Especialização Avançada) em RI-IIIE - Investimento e Internacionalização Empresarial é contribuir para a formação e qualificação, científica e técnica, nestas áreas científicas, de muitos licenciados e outros quadros que desejam e necessitam aprofundar os conhecimentos para melhor responderem às exigências do mercado de trabalho, às solicitações da sociedade globalizada e do mercado internacional, nas áreas científicas em apreço.

Datas de realização: a partir de outubro de 2013.

Duração: um ano letivo

Língua: Português

XI.

Cursos de Verão/Livres

(Cursos organizados em cooperação com o ISG-Instituto Superior de Gestão e OLAE-Observatório Lusófono)

Cursos

- ☐ Curso de **Políticas Económicas e Sociais da União Europeia**
- ☐ Curso de **Fundos Comunitários e Gestão de Projectos**
- ☐ Curso de **Comércio, Negócios e Investimentos Internacionais**
- ☐ Curso de **Política Monetária, Orçamental e Fiscal da União Europeia**
- ☐ Curso de **Gestão de Recursos Humanos, Mercado de Trabalho e Multiculturalismo nos Negócios Internacionais.**
- ☐ Curso de **Demografia, Migrações, Mobilidade e Emprego** em contexto de Relações Internacionais
- ☐ Curso de **Marketing e Desenvolvimento** em contexto de Relações Internacionais

Destinatários/Público Alvo: quadros, profissionais, alunos nacionais e estrangeiros. Datas de realização: julho, setembro e sempre que haja alunos matriculados.

Duração: 24 horas.

Língua: Português

XII.

Investigação e Publicações.

1. Está instalado o Centro de Investigação em Ciência Política, Relações Internacionais e Segurança, estando em curso o processo de acreditação junto da FCT. Aprovados os Estatutos e os Órgãos competentes. Assim:

- (a) Estatutos (já disponíveis e publicados no Site do CICPRIS);***
- (b) A Direção (integra todos os dirigentes);***
- (c) o Conselho Científico (todos os doutorados);***
- (d) O Conselho Consultivo Internacional;***
- (e) o Conselho Fiscal.***
- (f) A Assembleia Geral (que integra todos os membros do CICPRIS).***

2. Os membros estrangeiros do Conselho Consultivo que aceitaram integrar o Conselho Consultivo do CICPRIS e o Conselho Editorial da *ResPublica* são os seguintes: Prof.s Doutores Alberto Pena (Conselho Editorial), da Universidade de Vigo, Enrique Bustamante, Jesús Timoteo Álvarez (Facultad de Ciencias de la Información) e Javier Roca García (Facultad de Derecho) da Universidad Complutense de Madrid, Octavio Uña Juárez, Universidad Rey Juan Carlos de Madrid), Carmen Arasa, da UNED - Universidad Nacional de Educación a Distancia, Pierre Musso, da Université de Rennes 2, Mario Telò, Université Libre de Bruxelles (em negociações), Michelangelo Bovero, da Università di Torino, Silvano Tagliagambe, da Università di Sassari, Oreste Massari (Conselho Editorial), da Università di Roma «La Sapienza», Sarah Childs, da Bristol University, John Loughlin, da Cambridge University, Grahame Lock, da Oxford University (membro do Conselho Editorial).

3. Estes Professores, membros do **CICPRIS** e do **Conselho Editorial da ResPublica**, são os nossos elos de ligação com as Universidades para:

- (a)** preparar um **doutoramento internacional**, mediante a assinatura de protocolos com as respetivas Universidades;
- (b)** desenvolver uma **rede internacional de revistas científicas**, em particular, ligadas às respetivas Universidades;
- (c)** **organizar eventos científicos internacionais.**

4. Linhas de investigação desenvolver no início do ano letivo de 2013/2014: oito linhas de investigação, incluídas as que já existem:

(a) *Estudos africanos e lusófonos, dotada de um Observatório da África Lusófona.* Diretor: Prof. Doutor Fernando Campos (ver supra).

(b) *Religião e Sociedade.* Diretor Prof. Paulo Mendes Pinto (ver supra).

(c). *Observatório permanente da telepolítica e da política na Rede.* Diretor: Prof. Doutor José Filipe Pinto.

(d) *Relatório anual sobre a qualidade da democracia.* Diretor: Prof. João de Almeida Santos e Prof. Doutor Bernardo Ivo Cruz.

(e) *Tendências evolutivas da integração europeia (político-institucional, económico-financeira, fiscal, de segurança).* Diretor: Prof. Doutor António Gameiro.

(f) *Tendências evolutivas da segurança urbana.* Diretor: Prof. Doutor Sérgio Vieira da Silva. **(f.1) *Intelligence e segurança nacional.*** Diretores: Prof. Doutor Sérgio Vieira da Silva Mestre Paulo Macedo. **(f.2) *Segurança alimentar.***

(i) Estudos Eleitorais. Diretores: João de Almeida Santos e Prof. Doutor Paulo Morais

(j) Estudos Gramscianos sobre a Hegemonia - Prof. Doutor João de Almeida Santos

(g) *Mediação de Conflitos Internacionais.* Diretores: João de Almeida Santos e Mestre Elisabete Costa.

5. LINHA DE INVESTIGAÇÃO EM ESTUDOS AFRICANOS E LUSÓFONOS

5.1. Linha de Investigação em Estudos Africanos e Lusófonos, inserida no CICPRIS – Centro de Investigação em Ciência Política, Relações Internacionais e Sociedade.

Principais objetivos desta **Linha de Investigação**:

A *Linha de Investigação em Estudos Africanos e Lusófonos* **tem como objetivos**: promover, incentivar e apoiar a investigação em Estudos Africanos e em Lusofonia, nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e demais Países Africanos, bem como no Brasil e em Timor, desenvolvendo projetos científicos, promoção e participação em eventos científicos nacionais e internacionais; produção de artigos científicos.

* **Publicação própria**: «Africanologia: Revista Lusófona de Estudos Africanos» (on-paper e on-line).

Projectos entregues na FCT.

* **Em preparação**: **6º Congresso Internacional (previsto para novembro de 2013).**

* **COORDENADOR**: **Prof. Doutor Fernando Campos**

* **INVESTIGADORES EM ESTUDOS AFRICANOS E LUSÓFONOS**

Prof. Doutor Fernando Rui de Sousa Campos (Projeto); Prof. Doutor Adelino Torres Guimarães; Prof. Doutor José Filipe Pinto (Projeto); Prof. Doutor Tchernó Djaló (Projeto); Prof. Doutor Manuel de Azevedo Antunes (Projeto); Prof^a Doutora Olga Maria Iglésias Neves (Projeto); Doutoranda Maria Alexandra Marques Martins Campos; Doutoranda Marta dos Santos Vieira; Doutorando Adelino Silva Soares; Doutoranda Antonieta Gomes; Doutoranda Lurdes Alexandre (Projeto).

5.2. CICPRIS: Lista dos docentes que integram a linha de investigação em Ciência das Religiões:

Mestre Paulo Jorge Soares Mendes Pinto; Prof. Doutor José Carlos Ribeiro; Prof. Doutor Calazans Duarte; Mestre António José Dimas de Almeida; Licenciado Luís Alexandre Seabra Melancia; Mestre Paulo Neto Martins Branco; Prof. Doutor Henrique Manuel Gouveia Pinto; Mestre João Batista Ferreira Dias.

5. 2. 1. Programa de Ciência das Religiões.

Objetivo central: Criada no final dos anos 90 do século XX, a área de Ciência das Religiões da ULHT consolidou um espaço científico e social como uma das áreas de referência da instituição. Correspondente a este trabalho, o reconhecimento acaba de se materializar na excelente avaliação com que a Comissão de Avaliação Externa da A3Es classificou o nosso curso de mestrado. Novamente acreditado para um ciclo de cinco anos, urge tomar esta oportunidade como o momento para um crescimento sustentado, rentabilizando as potencialidades detetadas. Estrategicamente, o ano lectivo de 2012 / 2013 implicará uma forte aposta na internacionalização, especialmente na criação de parcerias com instituições académicas no Brasil, Angola e Moçambique.

1. Formulação de uma proposta de curso na University of the People, na ONU:

Com as instituições brasileira, portuguesa, moçambicana e angolana, para a Liberdade Religiosa, criação de um curso especializado em «**Religião, Diálogo e Desenvolvimento**» na **University of the People, na ONU**, com o patrocínio da **Aliança de Civilizações**.

Este curso tem já uma proposta prévia entregue, que se encontra em análise junto de um possível parceiro, o Chief Executive Office do **Global Movement of Moderates Foundation**, com o apoio do Primeiro-ministro da Malásia.

2. Início da preparação do 3º Ciclo e Pós-Doutoramento:

Realização de **Protocolos com várias universidades no Brasil, especialmente com a PUC – SP**, para ministrar e desenvolver este curso (apenas nos aliaremos a universidades com grande credibilidade: federais, estaduais, católicas, pontifícias, metodista e presbiteriana).

3. Segundo Ciclo: **a)** abertura de turmas de pós-graduação (com acesso ao Mestrado) em várias das **instituições do Grupo Lusófona fora de Portugal**; **b)** abertura de turmas de pós-graduação (com acesso ao Mestrado) nas faculdades das **Assembleias de Deus no Brasil**; **c)** abertura de turmas em **seminários batistas, metodistas e assembleianos em Angola e em Moçambique**.

4. Primeiro Ciclo: **a)** preparação da abertura de **turmas por e-learning para toda a lusofonia e Europa** (direcionado para as comunidades brasileiras imigradas na União Europeia); **b)** desenvolvimento da parceria com a **Universidade Federal do Ceará** para a criação de uma graduação em conjunto; **c)** criação de uma parceria com a **Aliança Evangélica** para a

formação de Pastores; **d)** criação de uma parceria com as **Federações das Alianças Evangélicas do Brasil** para a formação de Pastores; **e)** criação de uma parceria com a **Aliança Evangélica de Angola** para a formação de Pastores;

5. Cursos de Especialização - Abertura de cursos especializados com as seguintes instituições: a) **Governo Angolano** (contactos já realizados com o Vice-Ministério da Cultura); b) **Governo Brasileiro** (contactos já realizados com o Ministério do Interior); c) **Assembleias de Deus** (em Portugal, no Brasil e em Angola); d) **Batistas** (no Brasil e em Angola); e) **Fundación Rosacruz**.

6. Parcerias.

Parcerias estratégicas / Protocolos as assinar:

a. University of the People (ONU)	Primeiros contactos já estabelecidos
b. Aliança de Civilizações (ONU)	Já foi demonstrado interesse na parceria com a ULHT
c. Global Movement of Moderates Foundation	Primeiros contactos já estabelecidos
d. ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural	Esperam assinatura de Protocolo
e. Comissão da Liberdade Religiosa	Esperam assinatura de Protocolo
f. Ministério do Interior (Brasil)	Está-se a desenvolver um texto para um Protocolo
g. Vice-Ministério da Cultura (Angola)	Está-se a desenvolver um texto para um Protocolo
h. Conselho Cristão Moçambicano / Arcebispado de Maputo / Conselho Islâmico de Moçambique	Primeiros contactos já estabelecidos
i. Aliança Evangélica Portuguesa	Está-se a desenvolver um texto para um Protocolo
j. Instituto Bíblico Monte Esperança	Está-se a desenvolver um texto para um Protocolo
k. COPIC – Igrejas Protestantes	Está-se a desenvolver um texto para um Protocolo
l. Comunidade Israelita de Lisboa	Já foi demonstrado interesse na

	parceria com a ULHT
m. Comunidade Islâmica de Lisboa	Está-se a desenvolver um texto para um Protocolo
n. Colégio Islâmico de Palmela	Já foi demonstrado interesse na parceria com a ULHT
a. Fundação Aga Khan	Já foi demonstrado interesse na parceria com a ULHT
b. Igreja Adventista do Sétimo Dia	Já foi demonstrado interesse na parceria com a ULHT
c. Sociedade Bíblica Portuguesa	Está-se a desenvolver um texto para um Protocolo
d. Comunidade Hindu de Portugal	Já foi demonstrado interesse na parceria com a ULHT
e. União Budista Portuguesa	Já foi demonstrado interesse na parceria com a ULHT
f. Comunidade Bahá'í de Portugal	Está-se a desenvolver um texto para um Protocolo
o. CIRP - Conferencia dos Institutos Religiosos de Portugal (Portugal)	Já foi demonstrado interesse na parceria com a ULHT
p. Padres Dehonianos (com especiais interesses no Brasil, em Moçambique e em Angola)	Já foi demonstrado interesse na parceria com a ULHT
q. Padres Espiritanos (com especiais interesses em Angola)	Já foi demonstrado interesse na parceria com a ULHT
r. Comunidade Ismaelita de Portugal	Já foi demonstrado interesse na parceria com a ULHT
s. Comunidade Judaica de São Paulo	Já foi demonstrado interesse na parceria com a ULHT
t. Conselho Islâmico de Moçambique	Já foi demonstrado interesse na parceria com a ULHT
u. Assembleia de Deus de Angola	Já foi demonstrado interesse na parceria com a ULHT
v. Federações das Assembleias de Deus no	Já foi demonstrado interesse na

Brasil	parceria com a ULHT
w. Arcebispo de Luanda	Já foi demonstrado interesse na parceria com a ULHT
x. Seminários Batistas de Angola	Já foi demonstrado interesse na parceria com a ULHT
y. Seminários Metodistas de Angola	Já foi demonstrado interesse na parceria com a ULHT
z. Arcebispo de Maputo	Já foi demonstrado interesse na parceria com a ULHT

XIV. Bibliografia no âmbito da Ciência Política.

O Departamento remeteu à Biblioteca uma primeira *lista de obras consideradas essenciais no âmbito da Ciência Política* - que constitui parte de uma ***Lista Integral das Obras Fundamentais do Pensamento Político*** e de uma ***Cronologia Política Fundamental***, em preparação com vista à elaboração de um volume a distribuir aos alunos, propondo a aquisição imediata das que não estejam já disponíveis:

1.

Ackerman, Bruce (2004). *Ideias e políticas para o nosso tempo*. Braga, Centro de Estudos Humanísticos da Univ. do Minho.

Agamben, Giorgio (2010) *Estado de Excepção*. Lisboa: Edições 70.

Albuquerque, Martim de (2012). *Na lógica do tempo: ensaios de história de ideias políticas*. Coimbra. Coimbra Editora

Albuquerque, Martim de (1974). *A Sombra de Maquiavel e a ética tradicional portuguesa: ensaio de história das ideias políticas*. Lisboa : Faculdade de Letras de Lisboa.

Alquié, Ferdinand , trad. de M. Rodrigues Martins(1980). *A Filosofia de Descartes*. Lisboa: Ed. Presença.

Althusser, Louis (1974). *Lenine e a filosofia*. 2ª ed. - Lisboa : Editorial Estampa

Althusser, Louis (1981). *A transformação da filosofia seguido de Marx e Lénine perante Hegel*. Lisboa : Editorial Estampa.

Althusser, Louis, e Balibar, Étienne (1973). *Lire : le capital*. Paris: François Maspero

Amaral, Diogo Freitas do (1992). *Para uma história das ideias políticas: Maquiavel e Erasmo ou duas faces da luta entre poder e moral*. Lisboa : Universidade Católica Portuguesa.

Amaral, Diogo Freitas do (2010). *História das ideias políticas*. Coimbra: Almedina.

Amaral, Diogo Freitas do (2011). *História do Pensamento Político Ocidental*. Coimbra, Almedina.

Amiel, Anne; Arendt Hannah (1997). *Política e Acontecimento*, Instituto Piaget, 1997

Arendt, Hannah (1998). *Verdade e Política*. Lisboa. Relógio d'Água

Arendt, Hannah (2001). *Compreensão e Política e Outros Ensaio*s. Lisboa: Relógio d'Água

Arendt, Hannah (2004). *As Origens do Totalitarismo*, trad. de Roberto Raposo. D. Quixote, Lisboa, 2ª ed.

Arendt, Hannah (2007). *A Promessa da Política*. Lisboa: Relógio d'Água

Aristóteles (1998) *Política*. Lisboa: Vega.

Aristóteles (2011) *Constituição dos Atenienses*. Lisboa. Fundação C. Gulbenkian.

Aristóteles (2012) *Ética a Nicómaco*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Aron, Raymond (1964). *La lutte de classes*. Paris : Gallimard.

- Aron**, Raymond (1970). *Démocratie et totalitarisme*. Paris : Gallimard.
- Aron**, Raymond (1986). *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Editora Universidade Brasília.
- Batlle**, Albert (org./comp.) (1992). *Diez Textos Básicos de Ciencia Política*. Barcelona, Ariel.
- Baudouin**, Jean (2000). *Introdução à sociologia Política*. Lisboa, Estampa.
- Bedeschi**, Giuseppe (1989). *Marx*. trad. de João Gama. Lisboa: Edições 70.
- Benjamin**, Constant (1819). *Da liberdade dos antigos comparada com a dos modernos*.
- Berkeley**, G. (2000). *Tratado do Conhecimento Humano*, Lisboa, INCM
- Berstein**, S. (2009). *Los Regímenes Políticos del Siglo XX. Para una Historia Política Comparada del Mundo Contemporáneo*. Barcelona: Ariel.
- Birnbaum**, Pierre, e François Chazel (orgs.) (1975). *Sociologia Política. Orientações Teóricas e Aparelho Conceptual*. Lisboa: Presença.
- Blondel**, J., e outros (1981). *El Gobierno: Estudios Comparados*. Madrid: Alianza Editorial.
- Bobbio**, N. & Bovero, Michelangelo (1986). *Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna*. São Paulo, Brasiliense.
- Bobbio**, Norberto (1988), *O Futuro da Democracia*. Lisboa: Temas e Debates.
- Bobbio**, N. (1985). *Stato, governo, società. Per una teoria generale della politica*. Torino: Einaudi.
- Bobbio**, N. (1999). *Ni con Marx ni contra Marx*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Bobbio**, Norberto, (1989).«Estado». in *Enciclopédia Einaudi*, 14, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Bobbio, Norberto, Matteuci, Nicola e Pasquino, Gianfranco (orgs.) (1998), *Dicionário de Política*. 2 vols.. Editora Universidade de Brasília.

Burdeau, Georges [1979]. *O liberalismo*, trad. de J. Ferreira. Mem Martins: Publicações Europa-América.

Burke, Edmund (1988). *Reflexions on the Revolution in France*. London: Penguin Books.

Campanella, T. (1979). *La città del sole*. Milano: Feltrinelli.

Castro, Zília Maria Osório (2002). *Ideias políticas: séculos XVII-XIX*. Lisboa: Livros Horizonte.

Cerroni, Umberto (1974- 197). *O Pensamento Político das origens aos nossos dias*. S. Paulo/Lisboa, Liv. Martins Fontes/Estampa, 5 vols.

Chevallier, Jean-Jacques e Guchet, Yves (2004). *As grandes obras políticas: de Maquiavel aos nossos dias*. Mem Martins: Europa-América

Chevallier, J.J. e Guchet, Y. (2004). *As grandes obras políticas de Maquiavel à actualidade*. Lisboa: Publicações Europa- América

Cícero (2008) *Tratado da República*. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates.

Cícero (2006). *As catilinárias*. Lisboa: Edições 70.

Cicerón, Quinto Tulio (2009) Breviario de campaña electoral. Barcelona: Acanalado.

Clausewitz, C. Von (1996). *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes

Comte, Auguste (1990). *Reorganizar a sociedade*. Trad. e pref. Álvaro Ribeiro. Lisboa: Guimarães Editores.

Constant, Benjamin (1997). *Écrits politiques*. Paris, Gallimard.

Corbetta, P. e Gualmini, E. (Org.). (2013). *Il partito di Grillo*. Bologna: Il Mulino.

Costa, H. (2001). *O Revivalismo Islâmico*, Lisboa, ISCSP

Coutinho, Carlos N. (1989). *Gramsci - um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro, Campus.

Cruz, Manuel Braga da (1988). *O Partido e Estado no Salazarismo*. Lisboa: Presença.

Cunha, J. da Silva (1981). *História breve das ideias políticas: das origens à revolução francesa*. Porto, Lello & Irmão.

Cunha, Paulo Ferreira da (2011). *Filosofia Política*. INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Dahl, Robert (2000). *Democracia*. Lisboa: Temas e Debates.

Dahl, Robert (2009). *La democracia y sus críticos*. Barcelona: Paidós.

Deleuze, Gilles (1987). *A Filosofia Crítica de Kant*. Lisboa: Ed. 70.

Della Porta, D. (2003). *Introdução à Ciência Política*. Lisboa: Estampa.

Goodin, Robert E. e Klingemann, Hans (orgs.) (2000), *A New Handbook of Political Science*, Oxford University Press

Descartes (1967; 1976), *Meditationes de Prima Philosophia. Méditations Métaphysiques*. Ed. bilingue de Geneviève Rodis-Lewis, Paris, Vrin, 1967; trad. de Gustavo de Fraga. Coimbra: Almedina.

Descartes, R. (1992). *Meditações sobre a Filosofia Primeira*. Coimbra: Almedina.

Dias, Edmundo Fernandes & outros (1996). *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã.

Dicionário de História do Estado Novo, direcção de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, 2 vols.

Dreifuss, René (1993). *Política, Poder, Estado e Força - uma leitura de Weber*. Petrópolis, Vozes.

Droz, Bertrand e Rowley, Anthony (1993). *História do Século XX*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 4 vols.

Duverger, M. (1983). *Sociologia da Política*. Coimbra: Almedina.

Engels, Friedrich (s.d.). A origem da família, da propriedade privada e do Estado". In Marx, K. e Engels, F. *Obras Escolhidas*. Volume 3. São Paulo, Ed. Alfa Omega, s/d.

Erasmus de Roterdão (1999). *A Guerra e a Queixa da Paz*. Lisboa: Edições 70

Espada, João Carlos (2004) *Pensamento Político Contemporâneo - Uma introdução*. Lisboa: Bertrand Editora.

Espinosa, Bento de (2011) *Tratado Político*. Lisboa: Temas & Debates.

Espinosa, Baruch (2008). *Tratado teológico-político*. S. Paulo: Martins Fontes.

Ferrajoli, L. (2002). *A Soberania no Mundo Moderno*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, Michel (2010). *Nascimento da Biopolítica*. Lisboa: [Edições 70](#).

Gameiro, António (2012). *O papel dos parlamentos nacionais na União Europeia*. Combra: Coimbra Editora.

Goldmann Lucien (1984). *Epistemologia e filosofia política*. Lisboa : Presença.

Gramsci, Antonio (1988). *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Gramsci, A. (1975). Quaderni del Carcere. Torino : Einaudi.

Grawitz, M. & Leça, J. [orgs.] (1985). *Traité de Science Politique*. 4 vols. Paris, P.U.F.

Gruppi, Luciano (1985). *Tudo Começou com Maquiavel*. Porto Alegre, L&PM.

Habermas, J. (1981). *Theorie des kommunikativen Handelns*. Frankfurt-am-Main: Suhrkamp.

Habermas, Jürgen (1975). *Perfiles filosófico-políticos*; versión castellana de Manuel Jiménez Redondo. Madrid : Taurus.

Habermas, Jürgen (1975). *Problemas de legitimación en el capitalismo tardío*. Buenos Aires: Amorrortu Editores.

Habermas, Jürgen (1988). *Debate sobre el liberalismo político*. Introducción de Fernando Vallespín. Barcelona: Paidós - I.C.E. de la Universidad Autónoma de Barcelona.

Habermas, Jürgen (1992). *Droit et démocratie : entre faits et norms*. Trad. de l'allemand par Rainer Rochlitz et Christian Bouchindhomme. Paris : Gallimard.

Habermas, Jürgen (1997). *Twentieth century political theory: a reader*. Ed. Stephen Eric Bronner. Londres - Nova Iorque: Routledge.

Hall, John A. (1990). *O Estado*. trad. M. F. Gonçalves de Azevedo. Lisboa : Estampa.

Hegel, G.W.F (1976). *Grundlinien der Philosophie des Rechts*. Frankfurt-am-Main: Suhrkamp.

Held, David (2007). Modelos de democracia. Madrid: Alianza Editorial.

Hobbes, Thomas (2002). *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Trad. João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva; Pref. e rev. geral de João Paulo Monteiro. 3a ed. Lisboa : Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Hobbes, Thomas. *Elementos do direito natural e político*. Trad. de Fernando Couto. Porto : Rés Editora.

Hobbes, Thomas (1983) *A natureza humana*. Trad., introd. e notas de João Aloísio Lopes. Lisboa: INCM/FCSH da UNL.

Hobbes, Thomas (1992). *Do cidadão*. Trad. , apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro. São Paulo : Martins Fontes.

Jouvenel, Bertrand de (1978). *As origens do estado moderno: Uma história das ideias políticas no século XIX*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Kant, I.** (2002). *A Paz Perpétua e outros Opúsculos*. Lisboa: Edições 70.
- Kant, Imanuel** (1994). *Crítica da razão pura* (Kritik der reinen Vernunft – 1781 –, trad. de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª ed.
- Kant, I.** (2005). *A Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian.
- Keane, John** (2009). *Vida e morte da democracia*. Lisboa: Edições 70.
- Kelsen, H.** (1945). *General Theory of Law and State*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press.
- Kelsen, H.** (2000) *Teoria geral do direito e do Estado*. São Paulo: Martins Fontes.
- Kelsen, H.**, (2000) [A Democracia](#). [São Paulo](#), [Martins Fontes](#).
- Lapierre, Jean-W.** (sd). *A análise dos Sistemas Políticos*. Lisboa, Rolim.
- Lavroff, Georges Dmitri** (2006). *História das ideias políticas: da antiguidade até ao final do século XVIII*. Lisboa: Edições 70.
- Leão, Delfim Ferreira (2001). *Sólon. Ética e Política*. Lisboa: Fundação c. Gulbenkian.
- Lenin, V. I.** (1987). *O Estado e a Revolução*. São Paulo, Global.
- Lijphart, A.** (2007). *Modelos de Democracia. Formas de gobierno y resultados em treinta y seis países*. Barcelona: Ariel.
- Locke, J.** (1999). *Ensaio sobre o Entendimento Humano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Locke, J.** (2006). *Dois tratados do governo civil*. Lisboa: Edições 70.
- Locke, John** (1987). *Carta sobre a tolerância* . Trad. João da Silva Gama. Lisboa : Edições 70.
- Maquiavel, Nicolau** (2011). *O Príncipe*. Lisboa: Guimarães ed.
- Machiavelli, Niccolò** (1966). *Opere*. Milano: Mursia.

Maltez, J. A. (1996). *Princípios de Ciência Política. Introdução à Teoria Política*. Lisboa: ISCSP

Maltez, J. A. (2007). *Metodologias da Ciência Política*. Lisboa: ISCSP.

Maltez, J. A. (2009). *Biografia do Pensamento Político* Lisboa: ISCSP.

Marques, Viriato Soromenho (1995). *História e política no pensamento de Kant*. Mem Martins: Europa-América.

MARX, K. & ENGELS, F. (s/d). *Obras Escolhidas*. Volume 2. São Paulo: Ed. Alfa Omega.

Marx, Karl (1978). *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. (seleção de textos: José Arthur Giannotti). São Paulo: Abril Cultural.

Mason, Paul T. (sd). *O Totalitarismo*. Lisboa, Delfos.

Michels, Robert (2001). *Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna*. Lisboa: Antígona.

MILL, J. S. (1988). *ON LIBERTY*. LONDON: PENGUIN BOOKS.

MINC., ALAIN (1995). *L'IVRESSE DEMOCRATIQUE*. PARIS. GALLIMARD.

Moncada, Luís Cabral de (...) *As ideias políticas depois da reforma: Jean Bodin*. Coimbra: Coimbra Editora.

Montesquieu (2011). *Do espírito das leis*. Lisboa: Edições 70.

Montesquieu, Charles Louis de Secondat (1965). *Considerações sobre as causas da grandeza e decadência dos Romanos*. Lisboa : Presença

More, Thomas (1988). *Utopia*. London: Penguin Books.

Moreira, Adriano (2012). *Ciência Política*. Coimbra: Almedina

Morrow, John (2007). *História do Pensamento político ocidental*. Mem Martins: Publicações Europa- América.

Mosca, Gaetano (1975). *La classe politica*. Roma-Bari : Laterza.

Mosca, Gaetano (1983). *Storia delle dottrine politiche*. Roma-Bari : Laterza.

Ory, Pascal [org.], 2001, *Nouvelle Histoire des Idées Politiques*. Paris : Hachette.

Paine, Thomas (1978). *I diritti dell'uomo*. Roma: Riuniti.

Parsons, Talcott (1979). *The social system*. London: Routledge and Kegan.

Parsons, Talcott (1937). *The structure of social action*. New York: McGraw-Hill.

Pennings, P., Keman, H., e Kleinnijenhuis, J. (1999). *Doing Research in Political Science. An Introduction to Comparative Methods and Statistics*. London: Sage.

Pinto, J. F. (2005). *Do Império colonial à Comunidades dos Países de Língua Portuguesa: continuidades e descontinuidades*. Lisboa: Instituto Diplomático.

Pinto, J. F. (2012). *Lisboa, os Açores e a América*. Coimbra: Almedina.

Platão, (1975). *A Política*. Lisboa : Círculo de Leitores.

Platão (1990) *A República*. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian.

Polin, Claude s.d. [1982]. *Totalitarismo*. trad. de Isabel Braga. Lisboa: Inquérito

Popper, Karl (2013). *A Sociedade Aberta e os Seus Inimigos*. Vol 2. Lisboa: Ed. 70.

Popper, Karl (1993) [1945-66]. *A sociedade aberta e os seus inimigos*. Trad. de A. Sotttomayor, C. Labisa e T. Curvelo. Lisboa: Ed. Fragmentos. 2 vols.

Poulantzas, Nicos (1986). *Poder Político e Classes Sociais*. 2 ed.. São Paulo, Martins Fontes.

Prélot, Marcel (1973). *As Doutrinas Políticas*. S. Paulo/Lisboa: Liv. Martins Fontes/Presença. 4 vols.

Prélot, Marcel; Lescuyer Georges (200/2001) *História das ideias políticas* – vol. I/II. Lisboa : Presença.

Prieto, F. (1993). *Historia de la ideas y de las formas políticas*. Madrid: Union Editorial. Vols. I a IV.

Rawls, J. (1971). *A Theory of Justice*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press.

Raymond, G.Gettell (1936). *História das ideias políticas*. Lisboa : Inquérito.

Renaud, Alain (2002)..*As Filosofias Políticas Contemporâneas (Após 1945)*. Piaget.

Richelieu (2008). *Testamento político*. Trad. Carlos Leone. Rev. cient., introd. e notas de Diogo Pires Aurélio. Lisboa: Circulo de Leitores/Temas e Debates

Rorty, Richard (1998). *Pragmatismo y politica*. Trad., introd. e ed. Rafael del Águila. Barcelona: Paidós/I.C.E./U.A.B.

Rousseau, Jean-Jacques (1973) [1762]. *Contrato Social*. Trad. M. Franco de Sousa, Lisboa: Presença.

Rousseau, Jean-Jacques (1976). *Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre os homens*. Trad. M. de Campos. Mem Martins : Europa-América.

Rousseau, Jean-Jacques (1977). *Contrato social*. Trad. de Mário Franco Nogueira. Lisboa: Presença.

Russell, Bertrand (1977). *História da filosofia ocidental : e a sua conexão política e social desde os tempos primitivos até hoje*. Lisboa: Círculo de Leitores

Russell, Bertrand (2004). *História do Pensamento Ocidental*. Rio de Janeiro: Ediouro

Saint Augustin (1955). *Dialogues philosophiques*. Trad. R. Jolivet, P. de Labriolle, F. J. Thounard. Pref. Étienne Gilson. Paris: Desclée de Brouwer

Sandel, J. (2010). *O liberalismo e os limites da justiça*. Trad. Carlos Pacheco do Amaral. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian.

Santo Agostinho (1955). *Solilóquios*; .Anot. e trad. de Sena Freitas. 5.^a ed. Porto: Livraria. Apostolado da Imprensa

Santo Agostinho (1986). *O livre arbítrio*. Trad., introd. e notas por António Soares Pinheiro. Braga : Faculdade de Filosofia.

Santos, J. A. (1986) *O princípio da hegemonia em Gramsci*. Lisboa: Vega.

Santos, J. A. (1998). *Paradoxos da Democracia*. Lisboa: Fenda.

Santos, J. A. (1999). *Breviário político-filosófico*. Lisboa: Fenda

Santos, J.A. (1999). *Os intelectuais e o poder*. Lisboa: Fenda.

Santos, J. A. (2012). *Media e Poder. O poder mediático e a erosão da democracia representativa*. Lisboa: Vega.

Sartori, G. (2000). *Democrazia: cosa è*. Milano: Rizzoli.

Sartori, G. (2009). *Partidos y sistemas de partidos*. Madrid: Alianza Editorial.

Sartori, G. (2008). *Elementos de teoria política*. Madrid: Alianza Editorial.

Schmitt, Carl (1992). *O conceito do político* (Der Begriff des Politischen). Apresentação de Hans Georg Flickinger. Tradução de Alvaro L. M. Valls. Petropolis, RJ: Ed. Vozes.

Schmitt, Carl (1996). *A Crise da Democracia Parlamentar*. (Edição com os textos integrais de 'Politisches Teologie' e 'Die Geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus'). Tradução de Inês Lohbaeur. São Paulo: Scritta.

Schmitt, Carl (2008). *El Leviatan em la doctrina del Estado de Thomas Hobbes*. México: Fontamara.

Schmitt, Carl (1986). *Scritti su Thomas Hobbes*. Milano: Giuffrè.

Schmitt, Carl (2009). *Teoría de la Constitución*. Madrid: Alianza Editorial.

Schmitt, Carl (2008). *Terra e Mar*. (Land und Meer. Eine weltgeschichtliche Betrachtung). Tradução de Alexandre Franco de Sá. Lisboa: Esfera do Caos.

Sieyès, Emmanuel (1982) [1789]. *Qu'est-ce que le Tiers État?*. Paris : PUF.

Stile, Alexander (2006). *Citizen Berlusconi. Vita e imprese*. Milano, Garzanti.

Theimer, Walter (1977). *História das ideias políticas*. Lisboa : Círculo de Leitores.

Thiele, Paul (1998). *Martin Heidegger e a política pós-moderna: meditações sobre o tempo*. Lisboa: Instituto Piaget.

Tocqueville, Alexis de (2001). *A democracia na América*. S.João do Estoril: Principia.

Tocqueville, Alexis de (1982). *O antigo regime e a revolução*. 2.^a ed. Brasília: Ed. UnB.

Touchard, Jean (1993). *História das Ideias Políticas*. Lisboa: Publicações Europa-América, vols. II, III, e IV.

Tucídides (2010) *História da Guerra do Peloponeso*. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian.

Walzer, M. (1983): *Spheres of Justice. A Defence of Pluralism & Equality*. Blackwell: Oxford.

Weber, Max (2009). *Economia e sociedade*. Brasília: Editora da UNB.

Weber, Max (1973). *O político e o cientista*. Lisboa: Presença.

Weber, Max (2001). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Lisboa: Presença.

Weffort, Francisco C. (org.) (1991). *Os clássicos da política – Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx* (volume 2). São Paulo: Ática.

Weffort, Francisco C. (org.) (1991). *Os clássicos da política - Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau e "O Federalista"* (volume 1). São Paulo: Ática

Weffort, Francisco C. (org.). *Os clássicos da política - Maquiavel, Hobbes, Locke*.

Zippelius, R. (1997). *Teoria Geral do Estado*. 3.^a ed., trad., Lisboa: F. Calouste Gulbenkian.

2.

Ciência Política– Recursos em Suporte Eletrónico

Existe um vasto Fundo Documental Digital, acessível em Bases de Dados assinadas por esta Universidade (links de acesso em anexo), que nesta área de **Ciência Política** em concreto, se quantifica da seguinte forma:

(a) 133 Títulos de Revistas em Texto Integral, disponíveis nos campi do Grupo Lusófona, e com período de existências, dentro de cada site.

(b) 23.060 Artigos em Texto Integral e 3636 Abstracts, de Revistas, Atas, Capítulos de Livros, etc., disponíveis nas Bases de Dados adquiridas pelo Grupo Lusófona e pesquisáveis pela palavra-chave «Political Science», nomeadamente **ProQuest ABI/Inform**:

<http://search.proquest.com/advanced?accountid=43826>

(c) Acresce ainda o acesso a outros recursos eletrónicos igualmente específicos na área de **Ciência Política**:

12 Bases de Dados em linha, em Acesso Aberto, com milhares de artigos em **Texto Integral**.

(d) 43 Títulos de Revistas em linha, com **Texto Integral**, disponibilizadas em Acesso Aberto e organizadas tematicamente, pela Biblioteca

(e) Para além desta documentação, o Grupo Lusófona, detém no seu **Repositório Institucional**:

- **ReCiL** – Repositório Científico Lusófona (<http://recil.grupolusofona.pt/>) (engloba a produção científica realizada no Grupo Lusófona, nas diversas Áreas do Conhecimento).

XIV. Regulamento de estágio (em anexo)

Parte II.

(Esta parte procura complementar o Plano de Atividades Global, relativo aos anos de 2012-2013 e 2013-2014, que já inclui também o Relatório do ano de 2012-2013).

I. O que foi feito.

A profunda mudança na equipa dirigente do **Departamento** no corrente ano letivo levou a profundas mudanças – logo a partir de setembro de 2012 - que aqui se sintetizam e que, em grande parte correspondem às exigências da A3ES:

1. Adoção de uma regra geral para o corpo docente: docentes doutorados. Esta regra consta de um Regulamento Operacional do Departamento aprovado na generalidade pelo Conselho Científico de 6 de setembro de 2012.

Na sequência da adoção desta regra foram dispensados 9 licenciados e suspensa a contratação de um Mestre, tendo-se, por esta via, obtido um rácio de doutorados e de doutorados na especialidade de Ciência Política muito satisfatório (Rácios: 50% de doutorados na especialidade de Ciência Política - um dos quais com Agregação em Ciência Política - e 100% de doutorados no Mestrado em **Ciência Política – cidadania e governação**; taxa superior a 30% de doutorados na especialidade de Ciência Política e de cerca de 76% de doutorados, na licenciatura).

2. Na distribuição do serviço procurou-se estabelecer uma mais estreita correspondência entre as especialidades dos docentes e o serviço docente distribuído.

3. Foi reforçada a exigência de preenchimento, pelos docentes, de documentos fundamentais para o bom funcionamento das Unidades Curriculares:

a) Preenchimento obrigatório, no início do ano letivo, da **Ficha de Unidade Curricular** e da **Ficha de Docente**, incidindo, designadamente, por um lado, na atualização de programas, de metodologias, de instrumentos de avaliação e da respetiva bibliografia, e , por outro, na atualização da FD.

b) Preenchimento obrigatório do **Relatório Semestral**, correspondendo às exigências contidas no formulário que foi enviado a todos os docentes.

c) Sensibilização dos docentes para a necessidade de responder aos inquéritos promovidos pelos serviços da ULHT.

* Estas exigências tiveram, por parte dos docentes, bom acolhimento, não só no preenchimento das FUCs, como no preenchimento do Relatório semestral, cuja síntese (relativamente ao I semestre) é aqui apresentada, em anexo.

4. Foi reforçada a prática de reunião regular dos órgãos científico e pedagógico (Conselhos e Comissões) como centros de decisão fundamentais para o bom funcionamento do Departamento.

5. Foi inscrita no Regulamento Operacional a exigência de internacionalização do Departamento e da atividade de investigação e de publicação dos seus docentes, iniciando-se o processo de organização de um centro de investigação com dimensão internacional (CICPRIS), e em curso de concretização (também aqui exposto).

6. Foi assumida a necessidade de, por um lado, reforçar o núcleo de docentes em tempo integral e em dedicação exclusiva na Lusófona e, em particular do Departamento, e por outro de recrutar jovens docentes e investigadores, prática que está a ser implementada.

7. Foi assumida e implementada a criação de uma rede internacional de revistas para intercâmbio com a Revista **ResPublica**, agora em nova série, com arbitragem científica e com um Conselho Editorial fortemente internacionalizado. Esta rede, de investigação e de publicação, **será desenvolvida através de protocolos a promover com Centros de Investigação e Revistas estrangeiros através dos nossos parceiros estrangeiros que integram o Conselho Consultivo do CICPRIS e o Conselho Editorial da ResPublica.**

8. Todas estas iniciativas estão enquadradas por um *Regulamento Operacional* aprovado pelo Conselho Científico e que aqui se apresenta.

II. Balanço dos Relatórios semestrais relativos ao Primeiro Semestre.

Balanço dos Relatórios do 1.º Ciclo em Ciência Política e Relações Internacionais.

*** Ano Letivo de 2012/2013 - 1.º Semestre.**

1. Cumprimento do programa.

Este parâmetro justifica uma avaliação muito positiva, como se pode constatar pelos seguintes aspetos:

1.1. Cumprimento integral dos conteúdos programáticos na quase totalidade das unidades curriculares, embora, numa delas o último ponto tenha sido lecionado com muita celeridade e noutra tenha faltado uma maior incidência em casos práticos.

1.2. Os casos de incumprimento dos programas resumiram-se a dois. Assim, numa unidade curricular não foi cumprido a parte do Poder Aeroespacial (sua influência nas RI) devido à coincidência de acumulação de feriados e de Conferências que fizeram diminuir as horas de aulas, apesar das aulas de compensação e, num outro caso, apenas se verificou o cumprimento de 75% do programa.

2. Caracterização das turmas

Mais do que caracterizar cada uma das seis turmas em funcionamento, é preferível proceder a uma caracterização geral.

Assim, no que concerne ao número de alunos inscritos, as turmas de dia são mais numerosas e revelam um maior equilíbrio entre o número de alunos provenientes dos PALOP e os alunos de origem europeia. Nas turmas de noite verifica-se um predomínio de alunos de origem africana, na sua maioria trabalhadores-estudantes.

De registar que as informações fornecidas pelos docentes nem sempre foram coincidentes e uma mesma turma foi objeto de caracterização diferente nas várias unidades curriculares no que concerne, sobretudo, à pontualidade dos alunos, situação a que não é alheio o horário das unidades, uma vez que os atrasos ocorrem, por norma, no primeiro tempo letivo.

Já no que concerne à assiduidade e nível de participação é possível estabelecer um padrão e concluir que variaram entre aceitável ou média e

elevada ou superior, como mostram os dados seguintes retirados dos relatórios:

- Alunos inscritos 39, n.º máximo de alunos presentes 26, n.º médio de alunos presente 22;
- alunos inscritos 15, n.º máximo de alunos presentes 14, n.º médio de alunos presente 12;
- número médio de alunos presentes 16 em 22;
- número médio de alunos presentes 15, o que corresponde a uma percentagem de participação de 71%;
- Percentagem de participação de 72%;
- Cerca de 60% dos alunos participavam espontaneamente com alguma regularidade, formulando perguntas ou respondendo às questões colocadas.

3. Processos de Avaliação Utilizados

No que concerne ao sistema de avaliação contínua, cada docente optou pelo modelo e pelos instrumentos de avaliação que lhe pareceram mais adequados à realidade das turmas.

Um aspeto muito positivo prende-se com a constatação de que todos os docentes não se cingiram apenas a um elemento de avaliação e consideraram instrumentos diversificados, atribuindo-lhes pesos diferentes na ponderação da classificação final.

Assim, houve casos em que a nota resultou de:

- 2 testes escritos, de um tema de trabalho com apresentação e defesa e da assiduidade e qualidade das intervenções na sala de aula;
- Um teste e um ensaio;
- Uma frequência de avaliação escrita (60% da classificação final); dois trabalhos escritos individuais (30%); assiduidade e participação nas aulas (10%);
- Dois testes de avaliação contínua, trabalhos de casa e participação ativa nas aulas;
- Participação nas aulas, elaboração de trabalhos, com a sua apresentação oral e um teste de avaliação final;
- dois testes; participação em sala; assiduidade e um trabalho individual (facultativo);
- Um teste ou trabalho intermédio;
- Um trabalho escrito sobre um ponto da matéria distribuído pelo docente e sua apresentação oral e um teste;
- Teste de conhecimentos que contribuía com 70% da nota; a assiduidade e a participação nas aulas contribuía com os restantes

- 30% (incluindo dois pequenos trabalhos, um individual e um de grupo);
- Ensaio analítico sobre a obra comentada na sala – 30%; Teste-síntese – 60%; Regime de assiduidade e participação – 10%;
- Análise crítica de um excerto – 30%, Teste final: desenvolvimento de dois temas – 60%; Participação nas aulas – 10%;
- 1.º teste – 40%, 2.º teste individual – 40%, Regime de assiduidade e participação – 20%;
- Assiduidade e participação - 20% e testes de avaliação – 80%.
- Participação nas aulas (20%); ensaio escrito realizado em grupos de dois ou três alunos, apresentado e discutido em aula (50%, repartidos de forma igual entre o trabalho escrito e a sua apresentação e discussão); frequência (30%).

4. Resultados

A maioria dos alunos satisfaz os requisitos exigidos pelo sistema de avaliação contínua e a metodologia escolhida, ao proporcionar um acompanhamento sistemático dos alunos e uma individualização do processo de ensino-aprendizagem foi responsável pela alta taxa de sucesso escolar.

Os números retirados dos relatórios não deixam margens para dúvidas:

- 25 estudantes aprovados em 28 inscritos;
- 12 aprovados em 14 inscritos;
- Dos 26 alunos presentes, apresentaram-se à avaliação 23, dos quais obtiveram 12 valores 39,13% (9 alunos), 13 valores 47,82% (11 alunos), 14 valores 13,04% (3 alunos);
- Dos 14 alunos presentes, apresentaram-se à avaliação 12, dos quais obtiveram 12 valores 33,33% (4 alunos), 13 valores 33,33% (4 alunos), 14 valores 25,00% (3 alunos), 16 valores 08,33% (1 aluno);
- Os resultados dos testes foram médios. Os resultados dos ensaios não foram satisfatórios. Os alunos recuperaram no exame;
- 30 aprovados em 40 inscritos;
- 9 aprovados em 15 inscritos;
- Dos 29 alunos foram aprovados 28 aprovados (97%), a média é de 14,5 valores, entre dois 11 valores e um 18 valores.
- 21 estudantes aprovados em 23;
- Mais de 70% de positivas;
- 100% de aprovação;
- 27 discentes receberam avaliação contínua, 21 dos quais foram aprovados;
- 80% de aprovados em avaliação contínua
- 73% aprovados em avaliação contínua
- 85% aprovados em avaliação contínua

- Dos 40 alunos inscritos, 27 concluíram a unidade curricular na primeira fase de final de frequência, com uma média de 12,6 valores
- Alunos aprovados em avaliação contínua: 21, com a classificação média de 12,3 valores, sendo a nota mais elevada 16 valores;
- Alunos aprovados em exame: 15, com a classificação média de 11,9 valores, sendo a nota mais elevada 15 valores
- Alunos aprovados em avaliação contínua: 10, com a classificação média de 12,3 valores, sendo a nota mais elevada 16 valores;
Alunos reprovados na avaliação contínua: 5
- Alunos aprovados em exame: 7, com a classificação média de 11,7 valores, sendo a nota mais elevada 14 valores;

5. Pontos Fortes

Os pontos fortes prendem-se com a crescente manifestação de interesse por parte dos estudantes pelas matérias lecionadas e um elevado nível de motivação e intervenção, situações geradoras de uma interação pedagógica dinâmica.

De realçar, ainda, o elevado espírito crítico e capacidade de problematização demonstrados por um número significativo de alunos.

No que concerne às turmas da noite, o facto de serem de dimensão mais reduzida permitiu um contacto mais próximo e direto com os alunos, situação que se traduziu numa individualização de ensino.

Ainda como aspetos positivos, há a registar a realização de tutorias e a revisão dos conteúdos programáticos e da bibliografia.

6. Pontos Fracos

Vários docentes referiram a falta de tempo para aprofundar a matéria, tanto mais que, em alguns casos, era notória a lacunas de bases, situação que obrigou a explicações extras, com reflexos no rendimento geral das aulas, sobretudo nos casos de UC de apenas um semestre, tempo considerado insuficiente para a assimilação e sistematização de todos os conceitos.

Além disso, foram identificados casos de alunos com dificuldade do ponto de vista da capacidade de interpretação e ao nível da estruturação do discurso argumentativo, designadamente no registo escrito, devido aos erros ao nível da ortografia e da construção frásica.

De registar, ainda, alguma carência ao nível do tempo dedicado às leituras complementares e limitações no uso dos instrumentos auxiliares de cálculo. Finalmente, alguns docentes referiram que a pauta de assiduidade não lhes permitia saber exatamente quantos alunos estavam, de facto, inscritos na turma. Por isso, houve pelo menos um caso em que a sala não dispunha de lotação suficiente.

7. Sugestões

Como não é possível aumentar o tempo de contacto direto, os docentes, que não cumpriram integralmente o programa, propõem-se reformular o mesmo. Além disso, foi manifestada a disponibilidade para a realização de tutorias.

Também houve professores que apresentaram sugestões no sentido de alterar aspetos relativos à avaliação e à metodologia de ensino/aprendizagem substituindo, por exemplo, uma parte da exposição da responsabilidade do docente pela análise de *corpus teóricos*, seguida da apresentação individual das ideias-chave.

Foi, ainda, mencionada a importância de promover mais conferências e debates sobre temas com atualidade e um docente considerou vantajoso incluir no plano de estudos uma unidade curricular avançada a fim de dar continuidade às matérias versadas.

No que concerne ao horário, a maioria dos docentes considerou que deveria manter a estrutura atual, embora dois docentes tivessem sugerido alterações na duração dos respetivos módulos.

Lisboa, 29 de Março de 2013. O Diretor da Licenciatura: Prof. Doutor José Filipe Pinto.

III. Eventos promovidos pelo Departamento.

O **DeCPoSRI** promoveu até à data, desde 1 de outubro de 2012, **inúmeras conferências e publicações, como descrito acima (pontos 8 e 9), incluindo a Conferência Inaugural pelo Dr. Luís Amado. Nestas**

conferências, participaram cerca de 800 pessoas, na sua maior parte alunos.

Parte III.

I. Anexos

1. E. CICPRIS – CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E SEGURANÇA



fcsea

faculdade de ciências sociais, educação e administração



fcese

CICPRIS

Direção.

[26.09.2013]

ESTATUTOS do «Centro de investigação em Ciência política, Relações Internacionais e Segurança»

(Veja-se a nova versão no Site do CICPRIS:

cicpris.ulusofona.pt)

Aprovados em Junho de 2013, pela Comissão Instaladora.

O Presidente da Comissão Instaladora

Prof. Doutor João de Almeida Santos

2. REGULAMENTOS.

1. REGULAMENTO DA UNIDADE ORGÂNICA DE CIÊNCIA POLÍTICA, LUSOFONIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Regulamento a adaptar ao Regulamento do DeCPoSRI da FCSEA, logo que instalados os órgãos da Faculdade e aprovados os respetivos Regulamentos.

Capítulo I **Natureza e Objectivos**

Artigo 1.º

A **Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais**, doravante designada FCPLRI, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, que será referida ULHT, é uma unidade orgânica permanente de ensino, investigação e prestação de outros serviços especializados à comunidade nos domínios que lhe são próprios.

A FCPLRI agrupa um conjunto de cursos ou unidades funcionais, com interesses científicos e pedagógicos afins, incluindo diferentes formas e níveis de licenciatura, mestrado, doutoramento, definidos pelo Conselho Universitário, bem como centros de estudo ou unidades de investigação ou institutos e ainda potenciais cursos de pós-graduação ou de especialização. São membros da FCPLRI os docentes e investigadores que exercem actividades de ensino e investigação na ULHT, no domínio da Ciência Política.

A Faculdade rege-se pelos estatutos da ULHT, pelo presente Regulamento, bem como pela legislação que se lhe aplique.

Artigo 2.º

Compete à **FCPLRI**:

- a) Garantir e fomentar o ensino das disciplinas compreendidas na sua área científica, expressas nas Portarias do Ministério da Tutela que homologaram os cursos e os estruturaram;
- b) Promover a coordenação entre as direcções dos cursos com os seus diferentes ciclos, pos-graduações e especializações e dos centros de estudo ou institutos;
- c) Promover a formação de docentes e investigadores;
- d) Fomentar e desenvolver a investigação fundamental e aplicada;
- e) Colaborar, através dos órgãos competentes, na gestão de outras Unidades Orgânicas da ULHT nos quais estejam inseridas disciplinas compreendidas nas suas áreas de saber;
- f) Propor ao Conselho Universitário da ULHT a celebração de convénios, acordos e contratos no âmbito académico, bem como a

- prestação de serviços entre à Faculdade ou suas unidades funcionais e outras entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras;
- g) Contribuir para o bom funcionamento da ULHT, nomeadamente pela colaboração com as outras Faculdades;
 - h) Sem prejuízo das competências dos órgãos da ULHT, gerir os recursos humanos, materiais e financeiros afectos às actividades acima referidas;

No âmbito de todas as suas actividades, a Faculdade garante a liberdade fundamental de criação e de investigação científica dos docentes e investigadores nele agrupados, sem prejuízo da unidade da Unidade Orgânica e da ULHT e da cooperação entre os seus membros.

Artigo 3.º

A Faculdade goza de autonomia pedagógica e científica, sem prejuízo das orientações gerais que vierem a ser estabelecidas pelo Conselho Universitário da ULHT.

Capítulo II **Organização da Unidade Orgânica**

Artigo 4.º

São órgãos da FCPLRI:

- a) O Director
- b) O Conselho da Unidade Orgânica
- c) O Conselho Científico
- d) O Conselho Pedagógico

Artigo 5.º

1. O Director da FCPLRI é nomeado por despacho conjunto do Reitor e do Administrador da ULHT para um mandato de três anos.

Artigo 6.º

Compete ao Director da FCPLRI:

1. Compete ao director da unidade orgânica:
 - a) Dirigir e coordenar toda a actividade desenvolvida na unidade orgânica
 - b) Representar a unidade orgânica interna e externamente;
 - c) Assegurar a ligação e coordenação entre as direcções dos cursos, centros ou institutos que integram a unidade orgânica;
 - d) Pronunciar -se sobre as questões que lhe sejam institucionalmente dirigidas.
 - e) Convocar e presidir aos conselhos Científico e Pedagógico da FCPLRI.
2. Sempre que a dimensão da unidade orgânica o justifique, o director pode ser coadjuvado por um subdirector.

Artigo 7.º

1. O Director poderá ser coadjuvado no exercício das suas funções por um subdirector por si designado e por um Conselho da Unidade Orgânica;

2. O Director poderá ser substituído nas suas ausências ou impedimentos pelo Subdirector;

3. A Faculdade possui também um Secretário.

Artigo 8.º

1. O Conselho da Unidade Orgânica integra:

- O Director da Faculdade,
- O Subdirector da Faculdade,
- Os Directores das unidades funcionais, dos centros ou dos institutos da Faculdade.

2. De cada reunião será lavrada a respectiva acta, que será assinada pelo Director e por quem a lavrou.

Artigo 9.º

São atribuições do Conselho da Unidade Orgânica:

- a) Coadjuvar o Director da Unidade Orgânica em matéria de desenvolvimento, planeamento e coordenação da investigação científica, do ensino e da prestação de serviços e a articulação entre as diferentes Unidades Funcionais;
- b) Pronunciar-se sobre a criação de ciclos de estudos e sobre os planos dos ciclos de estudos ministrados;
- c) Pronunciar-se sobre o calendário lectivo e os mapas de exames da unidade orgânica;

Artigo 10.º

1. Integram o Conselho Científico da Unidade Orgânica:

- a) O Director da Unidade Orgânica, que preside;
- b) Seis representantes dos professores e investigadores de carreira da unidade orgânica, eleitos pelos seus pares, com mandato de dois anos;
- c) Seis representantes dos doutorados da Unidade Orgânica, docentes ou investigadores, em regime de tempo integral, com pelo menos, um ano de contrato, eleitos pelos seus pares, com mandato de dois anos;
- d) Cinco representantes das unidades de investigação reconhecidas e avaliadas positivamente nos termos da lei, quando existam;
- e) Personalidades convidadas pela sua reconhecida competência no âmbito da missão da instituição, por proposta do director da unidade orgânica.

Artigo 11.º

1. Compete ao Conselho Científico da Faculdade:

- a) Elaborar o seu regimento;
- b) Apreciar o plano de actividades científicas da unidade;
- c) Definir as grandes linhas de orientação das políticas científicas da Faculdade a prosseguir nos domínios do ensino, da investigação e da prestação de serviços à comunidade e coordenar as respectivas actividades científicas;

d) Deliberar acerca da necessidade de criação ou de manutenção de Comissões Científicas ou Pedagógicas das Unidades Funcionais ou de suas subdivisões.

e) Submeter, para homologação, ao Reitor, a proposta de distribuição de serviço docente que será apresentada à entidade instituidora;

f) Pronunciar-se sobre a criação de ciclos de estudos e aprovar os planos de estudos dos ciclos de estudos ministrados;

g) Propor ao Reitor a composição dos júris de provas e de concursos académicos;

h) Praticar os actos previstos na lei relativos à carreira docente e de investigação e ao recrutamento de pessoal docente e de investigação;

i) Dar parecer sobre a concessão de equivalências de cursos e remetê-lo ao Conselho Científico da Universidade;

j) Propor a organização de cursos de pós-graduação, actualização, estágios e actividades circum-escolares de interesse científico-didáctico;

l) Propor a aquisição de equipamento científico e bibliográfico;

m) Propor o calendário lectivo e os mapas de exames da UO.

2. Para efeitos do disposto nas alíneas e), g) e h) do número anterior, só têm direito a voto os docentes ou investigadores de categoria igual ou superior à dos candidatos.

Artigo 12.º

1. Integram o Conselho Pedagógico da Faculdade:

a) O director da unidade orgânica, que preside;

b) O subdirector da unidade orgânica, quando exista;

c) Os directores dos cursos da unidade orgânica;

d) Por cada curso, um representante dos docentes habilitados com o grau de doutor;

e) Por cada curso, um representante dos docentes habilitados com o grau de mestre ou licenciado;

f) O número de representantes dos estudantes legalmente necessário para assegurar a representação paritária com os representantes dos docentes.

2. A designação dos membros eleitos, prevista no número anterior, segue os termos do regulamento eleitoral estabelecido pela entidade instituidora.

3. Por proposta do director da unidade orgânica podem ser convidados a participar no conselho pedagógico outros docentes da Universidade Lusófona.

4. O conselho pedagógico reúne, ordinariamente, uma vez por semestre e, extraordinariamente, por iniciativa do director ou por solicitação de dois directores de curso, as vezes consideradas convenientes para o bom funcionamento da unidade orgânica.

5. De cada reunião é lavrada a respectiva acta, que é assinada pelo director e por quem a lavrou.

Artigo 13.º

1. Compete ao Conselho Pedagógico da Faculdade:

a) Pronunciar -se sobre as orientações pedagógicas e os métodos de ensino e de avaliação da FCPLRI e coordenar as actividades pedagógicas desenvolvidas no âmbito da FCPLRI;

- b) Promover a realização de inquéritos regulares ao desempenho pedagógico da unidade orgânica e a sua análise e divulgação;
- c) Promover a realização da avaliação do desempenho pedagógico dos docentes, por estes e pelos estudantes, e a sua análise e divulgação;
- d) Apreciar as queixas relativas a falhas pedagógicas e propor as providências necessárias;
- e) Pronunciar -se sobre a criação de ciclos de estudos e sobre os planos dos ciclos de estudos ministrados;
- f) Pronunciar -se sobre o calendário lectivo e os mapas de exames da unidade orgânica;
- g) Propor os regulamentos de frequência, avaliação, transição de ano e precedências, no quadro da Legislação em vigor, dos Estatutos e dos Regulamentos que deverão ser homologados pelo Reitor;
- h) Proceder à avaliação e dar parecer sobre os materiais de ensino. Propor a aquisição de material didáctico, audiovisual ou bibliográfico de interesse pedagógico;
- i) Exercer as demais competências que lhe sejam conferidas pela lei;

Artigo 14.º

Para prover aos fins prosseguidos pela FCPLRI, ser-lhe-ão atribuídos pelos órgãos competentes da ULHT os serviços e instalações mais convenientes.

Capítulo III

Organização das Unidades Funcionais

Artigo 15.º

As Unidades Funcionais são os cursos da Unidade Orgânica que podem integrar diferentes ciclos, especializações e pós graduações, e dispõem de uma organização própria.

São órgãos das unidades funcionais:

- a. O Director
- b. A Comissão Científica
- c. A Comissão Pedagógica

Artigo 16.º

1. A orientação das unidades funcionais e das suas diferentes formas e subdivisões compete aos seus directores, nomeados por despacho conjunto do Reitor e do Administrador, por proposta do Director da Unidade Orgânica.
2. O Director da unidade funcional pode ser coadjuvado por um subdirector, por si escolhido de entre os docentes do curso.

Artigo 17.º

Compete ao director da Unidade Funcional:

- a) Pronunciar -se sobre todos os assuntos que, dentro das suas atribuições, lhe sejam submetidos para apreciação;
- b) Propor ao Director da unidade orgânica a alteração da estrutura curricular e do plano de estudos;

- c) Propor o regime de apreciação e classificação do mérito dos estudantes;
- d) Orientar o curso e assegurar o seu bom funcionamento, observadas as disposições legais em vigor, o disposto nos Estatutos e nos regulamentos da Universidade Lusófona;
- e) Seleccionar e propor ao director da unidade orgânica a contratação do pessoal docente e de investigação;
- f) Representar o curso junto dos órgãos e unidades funcionais da Universidade Lusófona.

Artigo 18.º

1. Por deliberação do Conselho Científico da FCPLRI, mediante proposta do Director das Unidades Funcionais, poderão existir comissões científicas de curso, em composição e mandato análogos ao conselho científico da unidade orgânica.
2. Compete às comissões científicas da execução às orientações emanadas do conselho científico do qual depende.
3. Das deliberações das comissões científicas de curso cabe recurso para o plenário do conselho científico da faculdade.
4. As comissões científicas do curso reúnem ordinariamente, uma vez por semestre e, extraordinariamente, por iniciativa do director do curso, as vezes consideradas convenientes para o bom funcionamento do mesmo.
5. De cada reunião é lavrada a respectiva acta, que é assinada pelo director e por quem a lavrou.

Artigo 19.º

1. Por deliberação do Conselho Pedagógico da FCPLRI, mediante proposta do director da Unidade Funcional poderão existir, no âmbito da Unidade Funcional, Comissões pedagógicas do curso com composição e mandato análogos aos do Conselho Pedagógico da FCPLRI;
2. Compete à comissão pedagógica definir as linhas gerais de orientação pedagógica do curso, bem como assegurar a coordenação das acções correspondentes.
3. Das deliberações das comissões pedagógicas de curso cabe recurso para o plenário do Conselho Científico da FCPLRI;
4. As comissões pedagógicas reúnem, ordinariamente, uma vez por semestre e, extraordinariamente por iniciativa do director do curso, as vezes consideradas convenientes para o bom funcionamento do mesmo.
5. De cada reunião é lavrada a respectiva acta, que é assinada pelo director e por quem a lavrou.

Artigo 20.º

As diferentes subdivisões de um curso, tanto em diferentes ciclos, como em especializações, podem dispor de uma organização própria e órgãos específicos:

- a) o Coordenador
- b) a Comissão científico-pedagógica

Artigo 21.º

Cada subdivisão de curso é dirigida por um coordenador nomeado pelo Reitor, mediante proposta dos directores das unidades funcionais e orgânica.

Compete ao coordenador de cada subdivisão de cada curso:

- a) Pronunciar -se sobre todos os assuntos que, dentro das suas atribuições, lhe sejam submetidos para apreciação;
- b) Propor ao Director da unidade funcional a alteração da estrutura curricular e do plano de estudos;
- c) Propor ao Director da unidade funcional o regime de apreciação e classificação do mérito dos estudantes;
- d) Orientar a subdivisão do curso e assegurar o seu bom funcionamento, observadas as disposições legais em vigor, o disposto nos presentes Estatutos e os regulamentos da Universidade Lusófona;
- e) Seleccionar e propor ao director da unidade funcional a contratação do pessoal docente e de investigação;
- f) Representar a subdivisão do curso junto dos órgãos e unidades funcionais da Universidade Lusófona.

Artigo 22.º

1. A comissão científico-pedagógica de cada subdivisão de cada curso, quando exista, terá composição e mandato definido pelos Conselhos Científico e Pedagógico da Unidade Orgânica
2. Das deliberações das comissões científico-pedagógicas cabe recurso para o plenário das respectivas comissões científica e pedagógica da unidade funcional.

2. REGULAMENTO DO CONSELHO CIENTÍFICO da Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais

Preâmbulo

No cumprimento do disposto no artigo 28.º dos Estatutos da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, estabelece-se o seguinte regulamento do Conselho Científico da Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais, adiante apenas designado por Conselho Científico da FCPLRI.

Artigo 1.º

(Natureza e Missão)

1. O Conselho Científico da FCPLRI é o órgão ao qual cabe, em especial, definir as linhas de orientação das políticas científicas a prosseguir pela FCPLRI nos domínios do ensino e da investigação e coordenar as actividades científicas da mesma.
2. Na sua relação com os Conselhos Científico da Universidade Lusófona, e com os das outras faculdades, escolas, institutos ou departamentos, o Conselho Científico da FCPLRI actua de acordo com o princípio da autonomia das unidades orgânicas.

Artigo 2.º

(Composição e mandato)

1. São membros do Conselho Científico da FCPLRI:

- a) O Director da FCPLRI, que preside;

- b) Seis representantes dos professores e investigadores de carreira da FCPLRI, eleitos pelos seis pares, com mandato de dois anos;
- c) Seis representantes dos doutorados da FCPLRI, docentes ou investigadores, em regime de tempo integral, com, pelo menos, um ano de contrato, eleitos pelos seus pares, com mandatos de dois anos;
- d) Cinco representantes das unidades de investigação reconhecidas e avaliadas positivamente nos termos da lei, quando existam;
- e) Personalidades convidadas pela sua reconhecida competência no âmbito da missão da instituição, por proposta do Director da FCPLRI.

Artigo 3.º **(Atribuições e Competências)**

1. Além das atribuições e das competências que sejam definidas em disposições legais, estatutárias ou regimentais aplicáveis cabe ao Conselho Científico da FCPLRI:
 - a) Elaborar o seu regimento;
 - b) Apreciar o plano de actividades científicas da FCPLRI;
 - c) Submeter, para homologação, ao Reitor, a proposta de distribuição de serviço docente que será apresentada à entidade instituidora, nos termos da alínea j), do artigo 12.º dos Estatutos da ULHT;
 - d) Propor ao Reitor a composição dos júris de provas e de concursos académicos;
 - e) Pronunciar-se sobre a criação de ciclos de estudos e aprovar os planos de estudos dos ciclos de estudos ministrados;
 - f) Praticar os actos previstos na lei relativos à carreira docente e de investigação e ao recrutamento de pessoal docente e de investigação;
2. O Conselho Científico da FCPLRI poderá delegar competências:
 - a) Nas comissões científicas dos cursos;
 - f) Nas comissões especializadas a que se refere o artigo 8.º dos Estatutos da ULHT;
 - g) No conselho da Unidade Orgânica de coadjuvação do Director da FCPLRI

Artigo 4.º **(Reuniões)**

1. O Conselho Científico reunirá em plenário, ordinariamente, pelo menos duas vezes por ano, preferencialmente antes do início de cada semestre académico, com o principal objectivo de estabelecer as linhas gerais de orientação da política científica para o semestre que se inicia.
2. O Conselho Científico reunirá em plenário, extraordinariamente, por iniciativa do Director da FCPLRI ou, por solicitação de um terço dos seus membros.
3. Cada reunião ordinária ou extraordinária é objecto de convocatória por escrito, com a correspondente ordem de trabalhos, a enviar a todos os membros com a necessária antecedência.
4. Além dos convidados a que se refere o número 4 do artigo 2.º, poderão ser convidados para as reuniões docentes ou alunos cuja presença seja considerada conveniente, em função dos assuntos a tratar.

5. Para a realização das reuniões será necessária a presença de pelo menos, metade dos membros;

6. Em cada reunião é lavrada e aprovada a respectiva acta, que é assinada pelo director da FCPLRI e por quem a lavrou.

Artigo 5.º

(Forma de votação)

1. Salvo disposição legal em contrário, as deliberações são tomadas por votação nominal.

2. As deliberações que envolvam apreciação de comportamentos ou das qualidades de qualquer pessoa são tomadas por voto secreto.

Artigo 6.º

(Faltas às reuniões)

Quando um membro do Conselho Científico não puder comparecer a uma reunião, comunicá-lo-á por escrito com a devida antecedência, ao Director da FCPLRI.

Artigo 7.º

(Competências do Presidente)

Compete ao Presidente do Conselho Científico:

- a) Convocar as reuniões do Conselho e fixar a respectiva ordem de trabalhos;
- b) Dirigir os trabalhos do Conselho, abrindo e encerrando as reuniões, registando as presenças, fazendo cumprir a ordem de trabalhos e moderando as intervenções;
- c) Estabelecer as relações de carácter geral com os outros órgãos da FCPLRI;
- d) Exercer todos os demais poderes conferidos pelas disposições legais, estatutárias e regimentais aplicáveis.

Artigo 8.º

(Comissões especializadas)

Poderão ser criadas comissões especializadas às quais serão delegadas funções específicas, para despachar processos urgentes e de maior frequência, desde que se mantenha a proporcionalidade dos representantes eleitos.

Artigo 9.º

(Revisão do regimento)

As propostas de alteração ao regimento são apresentadas por escrito, a sua apreciação é feita na reunião seguinte do Plenário, constando para o efeito da respectiva convocatória.

Artigo 10.º

(Entrada em vigor)

O regulamento do Conselho Científico entra em vigor imediatamente após a sua aprovação.

3. REGULAMENTO DO CONSELHO PEDAGÓGICO da Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais

Preâmbulo

No cumprimento do disposto no artigo 28.º dos Estatutos da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, estabelece-se o seguinte regulamento do Conselho Pedagógico da Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais, adiante apenas designado por Conselho Pedagógico da FCPLRI.

Artigo 1.º (Natureza e Missão)

3. O Conselho Pedagógico da FCPLRI é o órgão que estuda e aprecia as orientações, métodos, actos e resultados do ensino e da aprendizagem na FCPLRI e coordena a sua actividade pedagógica.
4. Na sua relação com os Conselhos Pedagógicos da Universidade Lusófona, e com os das outras faculdades, escolas, institutos ou departamentos, o Conselho Pedagógico da FCPLRI actua de acordo com o princípio da autonomia das unidades orgânicas.

Artigo 2.º (Composição e mandato)

1. São membros, por inerência, do Conselho Pedagógico da FCPLRI o Director da FCPLRI, que preside, o Subdirector, caso exista, e os directores das unidades funcionais de ensino e investigação e os coordenadores das subdivisões dos cursos.
2. São também membros do Conselho Pedagógico da FCPLRI, os eleitos pelos seus pares com mandato de dois anos:
 - a) Por cada curso, um representante dos docentes habilitados com o grau de doutor;
 - b) Por cada curso, um representante dos docentes habilitados com o grau de mestre ou licenciado;
 - c) Por cada curso, o número de representantes dos estudantes legalmente necessário para a representação paritária com os representantes dos docentes.
3. Por proposta do Director da FCPLRI podem ser convidados a fazer parte do Conselho Pedagógico outros docentes da Universidade Lusófona.

Artigo 3.º (Atribuições e Competências)

1. Além das atribuições e das competências que sejam definidas em disposições legais, estatutárias ou regimentais aplicáveis cabe ao Conselho Pedagógico da FCPLRI:

- g)** Elaborar o seu regimento;
- h)** Pronunciar-se sobre as orientações pedagógicas e os métodos de ensino e de avaliação;
- i)** Promover a realização de inquéritos regulares ao desempenho pedagógico da instituição e a sua análise e divulgação;
- j)** Apreciar as queixas relativas a falhas pedagógicas e propor as providências necessárias;
- k)** Aprovar o regulamento de avaliação do aproveitamento dos estudantes;
- l)** Pronunciar-se sobre a criação de ciclos de estudos e sobre os planos dos ciclos de estudos ministrados;
- m)** Pronunciar-se sobre o calendário lectivo e os mapas de exames da instituição;
- n)** Deliberar, ao abrigo do artigo 34.º dos Estatutos da Universidade Lusófona, acerca da necessidade de criação ou de manutenção das comissões pedagógicas.

2. O Conselho Pedagógico da FCPLRI poderá delegar competências:

- a) Nas comissões pedagógicas dos cursos;
- h) Nas comissões especializadas a que se refere o artigo 8.º dos Estatutos da ULHT.
- i) No conselho da Unidade Orgânica que coadjuva o Director da FCPLRI.

Artigo 4.º
(Reuniões)

1. O Conselho Pedagógico reúne, ordinariamente, uma vez por semestre e, extraordinariamente, por iniciativa do Director da FCPLRI ou, por solicitação de dois directores de cursos, as vezes consideradas convenientes para o bom funcionamento da FCPLRI.

2. Cada reunião ordinária ou extraordinária é objecto de convocatória por escrito, com a correspondente ordem de trabalhos, a enviar a todos os membros com a necessária antecedência.

3. Além dos convidados a que se refere o número 4 do artigo 2.º dos Estatutos, poderão ser convidados para as reuniões docentes ou alunos cuja presença seja considerada conveniente, em função dos assuntos a tratar.

4. Em cada reunião é lavrada e aprovada a respectiva acta, que é assinada pelo director da FCPLRI e por quem a lavrou.

Artigo 5.º
(Forma de votação)

1. Salvo disposição legal em contrário, as deliberações são tomadas por votação nominal.

2. As deliberações que envolvam apreciação de comportamentos ou das qualidades de qualquer pessoa são tomadas por voto secreto.

3. Os convidados a que se refere o número 3 do artigo 4.º não têm direito a voto.

Artigo 6.º
(Faltas às reuniões)

Quando um membro do Conselho Pedagógico não puder comparecer a uma reunião, comunicá-lo-á por escrito, com antecedência, ao Director da FCPLRI.

Artigo 7.º
(Competências do Presidente)

Compete ao Presidente do Conselho Pedagógico:

- a) Convocar as reuniões do Conselho e fixar a respectiva ordem de trabalhos;
- b) Dirigir os trabalhos do Conselho, abrindo e encerrando as reuniões, registando as presenças, fazendo cumprir a ordem de trabalhos e moderando as intervenções;
- c) Estabelecer as relações de carácter geral com os outros órgãos da FCPLRI;
- d) Exercer todos os demais poderes conferidos pelas disposições legais, estatutárias e regimentais aplicáveis.

Artigo 8.º
(Comissões especializadas)

Poderão ser criadas comissões especializadas às quais serão delegadas funções específicas, para despachar processos urgentes e de maior frequência, desde que se mantenha a proporcionalidade dos representantes eleitos.

Artigo 9.º
(Revisão do regimento)

As propostas de alteração ao regimento são apresentadas por escrito, a sua apreciação é feita na reunião seguinte do Plenário, constando para o efeito da respectiva convocatória.

Artigo 10.º
(Entrada em vigor)

O regulamento do Conselho Pedagógico entra em vigor imediatamente após a sua aprovação.

**4. REGULAMENTO ESPECÍFICO DO MESTRADO EM CIÊNCIA
POLÍTICA, CIDADANIA E GOVERNAÇÃO**

De acordo com o disposto no Regulamento Geral de Mestrados da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, homologado em 18 de Maio de 2009 por Despacho Reitoral nº97/2009, de 19 de Junho de 2009 e o Regulamento Pedagógico dos Métodos de Ensino e da Avaliação 1º e 2º ciclos da Universidade Lusófona de humanidades e Tecnologias e dos diferentes Regulamentos da Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais - Regulamento da Unidade Orgânica, Regulamento do Conselho Científico, Regulamento do Conselho Pedagógico e Regulamento Pedagógico dos Métodos de Ensino e da Avaliação 1º e 2º ciclos - e nos termos da Lei, este Regulamento Específico do Mestrado em

Ciência Política, Cidadania e Governação estabelece as normas complementares concernentes à obtenção do grau de Mestre Ciência Política, Cidadania e Governação:

Art.º 1.º

Âmbito e Objectivo

1-A área científica do Mestrado insere-se no campo da Ciência Política existente na ULHT (Licenciatura/Mestrado/Doutoramento/Unidade de Investigação) no seio da Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais.

2-O grau de Mestre comprova a realização de uma contribuição especializada, ainda que não obrigatoriamente original, no campo da Ciência Política, um alto nível cultural e a aptidão para realizar trabalho científico independente.

Art.º 2.º

Organização do Programa

1. O Programa de Mestrado abrange um total de 120 ECTS (*European Credits Transfer System*), estruturados do seguinte modo:

- a) uma parte curricular e metodológica correspondente a 60 ECTS;
- b) dissertação, trabalho de projecto ou relatório de estágio, correspondente a 60 ECTS.

2. A parte curricular do Programa é constituída por módulos e seminários, tendo os mestrandos de realizar um total de 60 ECTS de um conjunto oferecido anualmente pela Universidade.

3. O registo definitivo do tema e plano da dissertação de Mestrado, trabalho de projecto ou relatório de estágio exige que se completem os 60 ECTS correspondentes à parte curricular e metodológica.

4. A outra fase do Programa de Mestrado é destinada à elaboração da dissertação, trabalho de projecto ou relatório de estágio a que correspondem 60 ECTS.

Art.º 3.º

Avaliação e Classificação

1. A avaliação dos conhecimentos será efectuada em todas as unidades curriculares de acordo com o Regulamento Geral da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

2. A avaliação referida no número anterior será classificada de forma quantitativa na escala de zero a vinte valores, de acordo com a metodologia definida por cada docente e aprovada em Comissão Científica do Mestrado.

3. Os candidatos aprovados na componente curricular deverão requerer junto do Secretariado dos Mestrados o certificado de conclusão da parte curricular.

4. Os candidatos que não obtiverem na componente curricular do Mestrado classificação igual ou superior a 14 valores não poderão realizar a dissertação, o trabalho de projecto ou o relatório de estágio (REVOGADO, POR CONTRARIAR A LEI e).

- a) Este requisito poderá não ser aplicado por decisão da Comissão Científica do Mestrado e em função da análise de casos devidamente justificados.

5. Os casos de fraude em qualquer prova ou de plágio devidamente comprovado no concernente aos trabalhos ou projectos devem ser comunicados à direcção pedagógica da unidade orgânica pelo responsável da unidade curricular e informado o Conselho Pedagógico.

Destes casos decorre sempre a instauração de um processo disciplinar e a eventual aplicação das sanções próprias previstas no regime disciplinar da Universidade;

- a) Provando-se a existência de plágio o aluno reprova à unidade curricular sem possibilidade de se apresentar nesse ano lectivo a provas de avaliação a essa mesma unidade.

Art.º 4.º

Preparação da dissertação ou do trabalho de projecto ou do relatório de estágio

1. Nos termos do Artigo 14.º do Regulamento Geral, a Comissão Científica do Mestrado deverá aprovar os orientadores e os eventuais co-orientadores da dissertação, do trabalho de projecto ou do relatório de estágio.

2. A dissertação deverá obedecer aos requisitos da Lei e do Regulamento Geral, tendo entre 70 e 100 páginas de texto mais eventuais anexos.

3. A natureza e requisitos do trabalho de projecto ou do relatório de estágio deverão ser aprovados pela Comissão Científica do Mestrado.

Art.º 5.º

Constituição do Júri

Nos termos do n.º4 do Art.º 18.º do Regulamento Geral, o Director do Mestrado deve delegar a presidência do júri de Mestrado sempre que seja Orientador da dissertação, do trabalho de projecto ou do relatório de estágio em discussão.

Art.º 6.º

Regime de Faltas

1. A conclusão da componente curricular do Mestrado pressupõe a presença obrigatória às sessões lectivas, não podendo ser inferior a 75% do total das mesmas em cada uma das unidades curriculares.

2. A assiduidade será registada através de folhas de presença, assinadas pelos mestrandos e pelo Docente, em cada uma das sessões lectivas.

3. As faltas só poderão ser justificadas nos termos e nos casos previstos no Regulamento Geral.

4. Na situação prevista no n.º anterior e no caso do não cumprimento do constante no n.º1, o Docente avaliará a possibilidade ou não de uma prova ou trabalho complementar para efeitos de avaliação.

Art.º 7.º

Horário e Calendário

A componente curricular do Mestrado será leccionada segundo o Horário e Calendário definidos pela Direcção do Mestrado no quadro do previsto no *Regulamento Geral da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias*.

Art.º 8º **Omissões**

O omissio neste Regulamento Específico será regulado pelo previsto no *Regulamento Geral de Mestrados da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias*.

Artº 9º **Entrada em Vigor**

O presente Regulamento, aprovado em Comissão Científica do Mestrado, entra em vigor em 7 de Outubro de 2010.

5. Regulamento Específico do Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais

De acordo com o disposto no Regulamento Geral de Mestrados da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, homologado em 18 de Maio de 2009 por Despacho Reitoral nº 97/2009, de 19 de Junho de 2009 e o Regulamento Pedagógico dos Métodos de Ensino e da Avaliação 1º e 2º ciclos da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e dos diferentes Regulamentos da Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais - Regulamento da Unidade Orgânica, Regulamento do Conselho Científico, Regulamento do Conselho Pedagógico e Regulamento Pedagógico dos Métodos de Ensino e da Avaliação 1º e 2º ciclos - e nos termos da Lei, este Regulamento Específico do Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais estabelece as normas complementares concernentes à obtenção do grau de Mestre em Diplomacia.

Art.º 1.º **Âmbito e Objectivo**

1. A área científica do Mestrado insere-se no campo da Ciência Política existente na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (Licenciatura/Mestrado/Doutoramento/Unidade de Investigação) no seio da Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais.
2. O grau de Mestre comprova a realização de uma contribuição especializada, ainda que não obrigatoriamente original, no campo da Ciência Política, um alto nível cultural e a aptidão para realizar trabalho científico independente.

Art.º 2.º **Organização do Programa**

1. O Programa de Mestrado abrange um total de 120 ECTS (*European Credits Transfer System*), estruturados do seguinte modo:

- a) uma parte curricular e metodológica correspondente a 60 ECTS;
- b) dissertação, trabalho de projecto ou relatório de estágio, correspondente a 60 ECTS.

2. A parte curricular do Programa é constituída por módulos e seminários, tendo os mestrandos de realizar um total de 60 ECTS de um conjunto oferecido anualmente pela Universidade.

3. O registo definitivo do tema e plano da dissertação de Mestrado, trabalho de projecto ou relatório de estágio exige que se completem os 60 ECTS correspondentes à parte curricular e metodológica.

4. A outra fase do Programa de Mestrado é destinada à elaboração da dissertação, trabalho de projecto ou relatório de estágio a que correspondem 60 ECTS.

Art.º 3º

Avaliação e Classificação

1- A avaliação dos conhecimentos será efectuada em todas as unidades curriculares de acordo com o *Regulamento Geral de Mestrados da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias*.

2. A avaliação referida no número anterior será classificada de forma quantitativa na escala de zero a vinte valores, de acordo com a metodologia definida por cada docente e aprovada em Comissão Científica do Mestrado.

3. Os candidatos aprovados na componente curricular deverão requerer junto do Secretariado dos Mestrados o certificado de conclusão da parte curricular.

4. Os candidatos que não obtiverem na componente curricular do Mestrado classificação igual ou superior a 14 valores não poderão realizar a dissertação, o trabalho de projecto ou o relatório de estágio (Revogado por contrariar a lei e).

a) Este requisito poderá não ser aplicado por decisão da Comissão Científica do Mestrado e em função da análise de casos devidamente justificados.

5. Os casos de fraude em qualquer prova ou de plágio devidamente comprovado no concernente aos trabalhos ou projectos devem ser comunicados à direcção pedagógica da unidade orgânica pelo responsável da unidade curricular e informado o Conselho Pedagógico.

b) Destes casos decorre sempre a instauração de um processo disciplinar e a eventual aplicação das sanções próprias previstas no regime disciplinar da Universidade;

c) Provando-se a existência de plágio o aluno reprova à unidade curricular sem possibilidade de se apresentar nesse ano lectivo a provas de avaliação a essa mesma unidade.

Art.º 4º

Preparação da dissertação ou do trabalho de projecto ou do relatório de estágio

1. Nos termos do Artigo 14.º do Regulamento Geral de Mestrados da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, a Comissão Científica do Mestrado deverá aprovar os orientadores e os eventuais co-

orientadores da dissertação, do trabalho de projecto ou do relatório de estágio.

2. A dissertação deverá obedecer aos requisitos da Lei e do Regulamento Geral de Mestrados da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e ter entre 70 e 100 páginas de texto mais eventuais anexos.

3. A natureza e requisitos do trabalho de projecto ou do relatório de estágio deverão ser aprovados pela Comissão Científica do Mestrado.

Art.º 5.º

Constituição do Júri

Nos termos do nº4 do Artº18º do Regulamento Geral de Mestrados da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, o Director do Mestrado deve delegar a presidência do júri de Mestrado sempre que seja Orientador da dissertação, do trabalho de projecto ou do relatório de estágio em discussão.

Art.º 6.º

Regime de Faltas

1. A conclusão da componente curricular do Mestrado pressupõe a presença obrigatória às sessões lectivas, não podendo ser inferior a 75% do total das mesmas em cada uma das unidades curriculares.

2. A assiduidade será registada através de folhas de presença, assinadas pelos mestrandos e pelo Docente, em cada uma das sessões lectivas.

3. As faltas só poderão ser justificadas nos termos e nos casos previstos no Regulamento Geral de Mestrados da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

4. Na situação prevista no número anterior e no caso do não cumprimento do constante no nº1, o Docente avaliará da possibilidade ou não de uma prova ou trabalho complementar para efeitos de avaliação.

Art.º 7.º

Horário e Calendário

A componente curricular do Mestrado será leccionada segundo o Horário e Calendário definidos pela Direcção do Mestrado no quadro do previsto no *Regulamento Geral de Mestrados da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias*.

Art.º 8.º

Omissões

O omissos neste Regulamento Específico será regulado pelo previsto no *Regulamento Geral de Mestrados da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias*.

Art.º 9.º

Entrada em Vigor

O presente Regulamento, aprovado em Comissão Científica do Mestrado, entra em vigor em 7 de Outubro de 2010.

6. REGULAMENTO PEDAGÓGICO DOS MÉTODOS DE ENSINO E DA AVALIAÇÃO de Aprendizagens e de Competências dos Cursos de Licenciatura e de especialização /parte curricular dos Mestrados da Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais da ULHT.

Capítulo I **Objecto e Objectivos**

Artigo 1.º

O presente Regulamento Pedagógico é um Regulamento Suplementar do Regulamento Geral da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, homologado por Despacho Reitoral nº 115/2009, aplica-se a todos os cursos do 1º e 2º ciclos da Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais.

Artigo 2º

Este Regulamento tem como principais objectivos:

- 1.** Integrar as actividades de cada unidade curricular no espírito de Bolonha como espaço de aprendizagem centrado no aluno para desenvolver qualificações e competências, no quadro de formação contínua ao longo da vida.
- 2.** Assegurar condições, estímulos e acompanhamento do trabalho planificado e desenvolvido por cada aluno em diferentes tipos de leitura, escrita e investigação, de trabalho individual e/ou de grupo, dentro ou fora da escola.

Capítulo II **Unidades Curriculares e Métodos de Trabalho**

Artigo 3º

(Fichas das Unidades Curriculares)

Cada unidade curricular deverá orientar-se por um programa específico, divulgado em papel e no portal da Universidade e expresso em ficha da unidade curricular semelhante, para todas as turmas que frequentam a mesma unidade curricular, incluindo os seguintes elementos: *objectivos e competências, organização do trabalho da unidade, metodologia e o sistema de avaliação, com a indicação dos processos, dos critérios e ponderações adoptados e ainda conteúdos temáticos e bibliografia básica (cinco títulos) e complementar.*

Na ficha devem constar diferentes elementos:

- 1.** Nome da unidade curricular;
- 2.** Existindo, nome do regente da unidade curricular, grau académico e contacto;
- 3.** Nome do docente ou dos docentes que leccionam a unidade, grau académico e contacto e endereço do CV Degóis;
- 4.** Área científica da unidade curricular;
- 5.** Tipo de aulas de contacto;

6. Número total de horas, discriminando todas as formas de trabalhos previstas designadamente as horas de contacto, as horas dedicadas a estágios, projectos, trabalhos de terreno, as horas de trabalho e as horas de avaliação;
7. Os créditos ECTS da unidade curricular;
8. Precedências ou regimes especiais requeridos;
9. Resumo descritivo;
10. Competências a desenvolver, incluindo as instrumentais, inter-pessoais e sistémicas;
11. Conteúdos programáticos preferencialmente organizados por sessão lectiva;
12. Estratégias e métodos de ensino e aprendizagem;
13. Programação de visitas de estudo ou de campo;
14. Resultados esperados de aprendizagem e competências;
15. Métodos de avaliação e respectiva ponderação e cálculo da classificação final cumprindo o disposto no presente Regulamento e regulamentos específicos das unidades curriculares;
16. Bibliografia de suporte actualizada;
17. Outros elementos pertinentes para o bom funcionamento da unidade curricular.

Artigo 4.º

Actividades de docência e de acompanhamento

1. As sessões de natureza colectiva podem comportar exposições dos docentes e dos alunos, seminários, conferências, debates, trabalhos de grupo e respectivos plenários, exercícios escritos e/ou orais e visitas de estudo.
2. Para acompanhamento dos alunos serão previstas sessões de orientação pessoal e de grupo fora dos tempos lectivos, além de outros contactos via plataforma e-learning e o portal da Universidade.

Capítulo III

Regime de Avaliação

Artigo 5.º

(Avaliação Contínua)

1. Na avaliação do aproveitamento dos estudantes nas unidades curriculares dos cursos oferecidos pela Unidade Orgânica é privilegiada a avaliação contínua de conhecimentos, capacidades e competências, salvaguardados os direitos dos trabalhadores-estudantes e de outras categorias de estudantes com regime jurídico especial.
2. A avaliação contínua pode assumir diferentes formas e tem em consideração o percurso realizado num quadro de interacção docente-aluno, a assiduidade e participação do aluno e o conjunto dos seus trabalhos nomeadamente com recurso a portefólio:
 - a) provas escritas e provas orais: individuais e ou colectivas;
 - b) exercícios, comunicações, trabalhos práticos, relatórios, parciais ou totais, projectos efectuados individualmente ou em grupo, e suas respectivas apresentações e defesas;
 - c) trabalhos de campo, exercícios práticos e laboratoriais;

d) participação em visitas de estudo, conferências, seminários e workshops ou outros eventos;

e) no caso dos mestrados os instrumentos de avaliação, embora diversos, deverão constituir formas e peças que contribuam, de forma directa ou indirecta, para a preparação/realização final da dissertação ou projecto ou relatório;

3. Os alunos que frequentam a unidade curricular em regime de avaliação contínua devem estar presentes em pelo menos 75% das aulas;

4. Os alunos que sejam dispensados de assiduidade mínima, por estarem ao abrigo de qualquer regime especial, podem continuar sujeitos ao regime de avaliação contínua desde que sigam o processo de avaliação complementar a determinar pela docente da Unidade Curricular com o conhecimento ao Director da Unidade Funcional, como por exemplo aulas em regime tutorial e outros trabalhos.

5. A avaliação contínua complementar poderá ainda aplicar-se a outros casos excepcionais desde que aceites pelo docente e pela direcção da unidade funcional.

Artigo 6.º

(Regime de Avaliação)

1. Na avaliação do aproveitamento dos estudantes nas unidades curriculares dos cursos oferecidos pela Unidade Orgânica é privilegiada a avaliação contínua de conhecimentos, capacidades e competências, salvaguardados os direitos dos trabalhadores-estudantes e de outras categorias de estudantes com regime jurídico especial;

2. Os alunos que frequentam a unidade curricular em regime de avaliação contínua devem estar presentes em pelo menos 75% das aulas;

3. Os alunos que sejam dispensados de assiduidade mínima por estarem ao abrigo de qualquer regime especial podem continuar sujeitos ao regime de avaliação contínua desde que sigam o processo de avaliação complementar a determinar pela docente da Unidade Curricular com o conhecimento ao Director da Unidade Funcional, como por exemplo aulas em regime tutorial e outros trabalhos;

4. Os alunos que não tenham obtido classificação positiva no regime de avaliação contínua a qualquer unidade curricular têm acesso ao regime de exames.

5. A todos os restantes estudantes é igualmente facultado o acesso a provas de exame final, que consiste na realização de uma prova escrita e, nos casos em que esteja previsto em cada unidade curricular, também uma prova oral (poderá ser utilizado o mesmo método usado na avaliação contínua – Regulamento específico de CP, de 2012, após ratificação pelo Conselho Pedagógico).

6. O regime de exame implica a realização de provas com natureza e complexidade equivalente às de regime de avaliação contínua, que contemplem a totalidade do programa da unidade curricular.

7. Os exames apresentam-se em três épocas: normal, de recurso e ainda especial, que decorre depois do término do ano lectivo até 15 de Outubro do ano civil, reservado aos alunos que cumpram o disposto no número 5 do presente artigo (13º).

Avaliação por exames

1. Os alunos que não tenham cumprido critérios definidos para a avaliação contínua ou não tenham obtido classificação positiva no regime de avaliação contínua a qualquer unidade curricular têm acesso ao regime de exames.
2. A todos os restantes estudantes é igualmente facultado o acesso a provas de exame final, que consiste na realização de uma prova escrita e, nos casos em que esteja previsto em cada unidade curricular, também uma prova oral.
3. O regime de exame implica a realização de provas com natureza e complexidade equivalente às do regime de avaliação contínua de conhecimentos e competências.

Artigo 7º

Diferentes épocas de exames

1. Os exames apresentam-se em três épocas: normal, de recurso e, ainda, especial, que decorre depois do término do ano lectivo até 15 de Outubro do ano civil;
2. Os exames de recurso ou de época especial estão sujeitos a uma inscrição do aluno nos serviços competentes e reservam-se:
 - a) Aos alunos que tenham esse direito legal devidamente comprovado nos serviços administrativos num máximo de 30 ECTS por ano.
 - b) Aos alunos que, faltando-lhe apenas um número de créditos ECTS até um máximo de 30, tendo estado inscritos nas unidades curriculares no ano lectivo, provem conseguir terminar o curso até 31 de Dezembro desse ano.
 - c) Aos alunos a quem tenha sido excepcionalmente concedido o acesso a esta época por parte da Direcção de Curso em que estão inscritos desde que cumpram o limite imposto no número 2. do artigo 4º, sendo informados os serviços competentes por despacho da Direcção de Curso.

Capítulo IV

Avaliação e Regras específicas das provas escritas e exames

Artigo 8.º

(A avaliação)

A avaliação dos conhecimentos e das competências de cada unidade curricular é da competência do docente responsável, mas cada unidade curricular pode integrar diversos módulos leccionados por diferentes docentes.

Quando haja dois ou mais docentes a leccionar a mesma unidade curricular a diferentes turmas, a metodologia seguida para a avaliação de conhecimentos e competências deve ser idêntica.

Nestes casos o director do curso pode nomear um regente da equipa, o qual será responsável não só pela qualidade do cumprimento do programa, como também pela elaboração da ficha curricular, dos enunciados das provas e da homologação das classificações finais atribuídas.

A classificação final do aluno baseia-se na escala numérica de zero a vinte valores em números inteiros em que as décimas são arredondadas para a unidade imediatamente mais próxima, inferior ou superior.

O aluno será aprovado se tiver média igual ou superior a dez valores na avaliação contínua ou no exame.

Excepcionalmente os docentes podem fixar nas classificações positivas uma nota acima da qual os alunos devam apresentar-se à prova oral. As provas de exames orais são públicas e realizadas perante um júri constituído pelo menos por dois docentes.

Artigo 9º **(Normas associadas à realização de provas escritas)**

As normas associadas às provas escritas e exames a realizar nas diferentes unidades curriculares devem ser previamente referenciadas pelos respectivos docentes na ficha curricular, e são as seguintes:

Só é permitido levar para o local da prova o material indispensável à sua realização definido pelo docente.

O uso de telemóveis é expressamente proibido em todas as circunstâncias.

O docente deve passar uma folha de presenças assinadas pelos discentes.

Não são permitidas saídas da sala durante a avaliação, consequentemente, a ida à casa de banho deve ser realizada antes do início da prova.

Os alunos terão permissão de entrar na sala até 30 minutos após o início da prova.

Os alunos que tenham desistido ou que a tenham completado antes do tempo fixado para a mesma, nunca poderão sair antes de transcorridos 30 minutos após o início da mesma. Além disso, esses alunos deixarão sempre os enunciados das provas e todas as folhas que lhes tenham sido distribuídas para o efeito.

Os alunos deverão escrever na folha de teste e de presenças a desistência;

O acto de copiar implica a anulação da prova.

A vigilância das provas é assegurada exclusivamente por pessoal docente.

Artigo 10.º **(Calendários de exames e classificações)**

Os calendários das épocas de exames são estabelecidos pelas direcções de cursos, ouvidas as respectivas comissões pedagógicas.

1. O início da época normal de exames é marcado para um prazo nunca inferior a 72 horas e nunca superior a 120 horas após a conclusão do período de aulas.
2. Entre a época normal e a época de recurso deve ser respeitado um prazo de 72 horas.
3. Todas as classificações relativas à avaliação contínua devem estar publicadas e acessíveis em local próprio e "on line" até um máximo de 72 horas antes da realização da prova de exame de época normal dessa unidade curricular.
4. As classificações relativas à avaliação por exame devem estar publicadas e acessíveis em local próprio e "on line" até um máximo de 72 horas antes da realização da prova de exame da época seguinte.
5. As classificações finais serão publicadas até ao máximo de 30 dias após a conclusão da respectiva avaliação
6. Os exames têm uma duração máxima de:
 - três horas para exames escritos sem período de tolerância;
 - trinta minutos para exames orais;

- aos alunos com necessidades especiais acresce uma tolerância de $\frac{1}{4}$ do tempo definido para a realização de qualquer prova, nunca podendo esse período ser inferior a 30 minutos.

7. Entre a realização de exames do mesmo ano curricular deve ser respeitado um período mínimo de 24 horas.

8. Nos casos de exames a unidades curriculares práticas, descrito no artigo 11º, o período de 24 horas apenas se aplica à apresentação do trabalho a júri, podendo no período atribuído para a sua entrega, ser realizadas outras provas de unidades curriculares do mesmo ano. Esse dia é descontado no prazo dado ao aluno para a entrega do trabalho.

9. Os alunos podem efectuar um exame de melhoria de nota a todas as unidades curriculares a que tenham sido aprovados até ao ano lectivo seguinte ao da conclusão da unidade curricular, e sempre em época de recurso mediante inscrição própria. Prevalecerá a melhor das duas classificações obtidas.

Artigo 11º

(Exames a unidades curriculares práticas)

1. Os exames das unidades curriculares práticas podem conter instrumentos de avaliação escrita, oral e prática, com realização de um trabalho ou projecto, ou a conjunção destes três factores. Podem, ainda, ser realizados de forma presencial ou não presencial.
2. No caso dos exames se efectuarem sob a forma de produção de um trabalho ou projecto específico, que exija uma formação inicial a todos os alunos em sala ou *on line*, devem respeitar-se as regras seguintes:
 - a. Haver data, hora ou plataforma electrónica/moodle marcados, onde os docentes responsáveis pela unidade curricular apresentem o enunciado, com a descrição do que é requerido e a indicação das formas de avaliação;
 - b. Haver data, hora, local ou endereço electrónico em que o trabalho ou projecto específico devem ser entregues;
 - c. Apresentação e discussão do trabalho ou projecto específico devem ser realizadas perante um júri, que respeite a composição referida no artº 12.º deste regulamento, no prazo mínimo de 24h e no máximo de dez dias após a sua entrega
3. A avaliação dos estágios curriculares obedece a regulamento específico de cada curso.

Artigo 12º

(Júris de provas de exames de unidades curriculares práticas)

1. A constituição do júri de qualquer prova compete à Direcção de Curso e deve incluir pelo menos 2 elementos sendo:
 - a) O regente quando existir;
 - b) O docente responsável pela unidade curricular;
 - c) Por proposta da Direcção de Curso pode ainda ser indicado um docente do curso;

2. O tempo gasto na prova oral com júri não pode ser superior a 30 minutos incluindo tempo de apresentação do trabalho e resposta às questões colocadas.
- 3 – Das decisões do júri não cabe recurso.

Capítulo V

Revisão de provas

Artigo 13º **(Revisão de provas de exame)**

1. O aluno poderá solicitar junto dos serviços administrativos fotocópia da prova de exame que realizou devidamente corrigida, com pedido dirigido ao docente responsável pela classificação.
2. O aluno poderá recorrer junto dos serviços administrativos, da classificação atribuída ao exame através de requerimento, num prazo máximo de quinze dias após a publicação dos resultados. Nesse caso a direcção de curso decidirá tendo em conta o parecer do docente da unidade curricular e, caso necessário, também o parecer de outro docente da área científica da mesma unidade curricular.
3. O aluno, caso não se conforme com a decisão tomada, pode então apresentar recurso ao Presidente do Conselho Pedagógico da Unidade Orgânica, que nomeará um júri de revisão de prova, de pelo menos três docentes, incluindo o docente responsável da unidade curricular, e que deliberará sobre a classificação final, no prazo máximo de trinta dias contados a partir da data de entrega do recurso, da qual não cabe recurso.

Capítulo VI

Disposições finais e transitórias

Artigo 14.º **(Casos Omissos)**

Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos de acordo com os regulamentos da universidade.

Artigo 15º **(Entrada em vigor)**

Este Regulamento entrará em vigor até oito dias após a sua homologação, a qual deverá ocorrer até ao início do 2.º semestre de 2010/2011, sendo revogadas todas as normas constantes dos Regulamentos aprovados e em uso em todos os cursos da Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais conteúdos que não cumpram o presente Regulamento.

7. REGULAMENTO DO DOUTORAMENTO EM CIÊNCIA POLÍTICA

O Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de Março, alterado pelo Decreto-Lei nº 107/2008, de 25 de Junho, fixa o regime dos graus e diplomas de ensino

superior. O Despacho nº 9288-BL, de 2007, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, autoriza a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT) a conferir o grau de Doutor em Ciência Política. Nesses termos, e tomando como referência o determinado no Regulamento Geral de Doutoramentos da ULHT, aprova-se o seguinte Regulamento para o Doutoramento em Ciência Política:

Art.º 1.º
(Âmbito e Objectivo)

1. A área científica do Doutoramento insere-se no campo da Ciência Política;
2. O grau de Doutor comprova a realização de uma contribuição inovadora e original no campo da Ciência Política, um alto nível cultural e a aptidão para realizar trabalho científico independente.

Art.º 2.º
(Condições de Acesso)

1. Podem candidatar-se ao Programa de Doutoramento:
 - a) Os titulares do grau de mestre;
 - b) Os titulares de um curso de pós-graduação (parte escolar de mestrado), desde que titulares de uma licenciatura com uma duração igual ou superior a 4 anos lectivos;
 - c) Os titulares do grau de licenciatura, ou equivalente, com a classificação mínima de 16 (dezasseis) valores, bem como diplomados por universidades estrangeiras, com grau e classificação equivalentes, reconhecidos nos termos legais.
2. Podem também candidatar-se ao Programa de Doutoramento os detentores de um curriculum científico, académico e profissional que ateste capacidade para a habilitação ao referido grau, precedendo apreciação curricular do Conselho Científico.

Art.º 3.º
(Candidaturas)

1. As candidaturas ao Programa de Doutoramento serão abertas por um período determinado, nunca inferior a duas semanas, sendo as datas, anunciadas atempada e publicamente.
2. O número de vagas é fixado anualmente pelo Conselho Científico da Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais, em função das disponibilidades existentes em termos de corpo docente qualificado e de instalações.
3. Os candidatos ao Programa de Doutoramento devem apresentar os seguintes elementos:
 - a) Documento comprovativo de que o candidato reúne as condições a que se refere o art.º 2º;
 - b) *Curriculum vitae* actualizado, incluindo trabalhos publicados ou devidamente documentados;

- c) Pré-projecto de investigação, com indicação do título provisório, dos seus fundamentos científicos e do esboço metodológico e bibliografia relevante a utilizar;
- d) Cópia da obra científica do candidato;
- 4. O processo de candidatura pode ainda incluir uma entrevista com os candidatos.
- 5. A decisão sobre os processos de candidatura deve ter lugar nos 30 (trinta) dias subsequentes ao encerramento do prazo previsto no nº 1 do art.º 3º do presente Regulamento, salvo quando esse prazo terminar em período de férias escolares.
- 6. Aos candidatos não habilitados com o grau de Mestre, pode o Conselho Científico, no acto de aceitação da candidatura, impor a frequência e aprovação em unidades curriculares de cursos de pós-graduação ou de mestrado leccionados na Universidade.

Art.º 4.º

(Organização do Programa)

1. O Programa de Doutoramento abrange um total de 180 ECTS (*European Credits Transfer System*), estruturados do seguinte modo:
 - a) uma parte curricular e metodológica correspondente a 60 ECTS;
 - b) tese, correspondente a 90 ECTS;
2. Com base em apreciação do Conselho Científico, e a pedido do candidato, aos titulares do grau de Mestre podem ser reconhecidos ECTS correspondentes à obtenção desse grau académico.
3. A parte curricular do Programa é constituída por seminários de aprofundamento, tendo os doutorandos de realizar um total de 60 ECTS.
- 4- O registo definitivo do tema e plano da Tese de Doutoramento exige que se completem os 60 ECTS correspondentes à parte curricular e metodológica.
- 5- A outra fase do Programa de Doutoramento é destinado à elaboração da tese, a que correspondem 120 ECTS.
- 7- As diferentes fases do Programa de Doutoramento podem sobrepor-se parcialmente no tempo, não sendo necessariamente sequenciais.

Art.º 5º

(Designação do Orientador e Registo do Tema de Tese)

1. Salvo em casos muito particulares, a preparação do Doutoramento deve efectuar-se sob a orientação de um professor ou investigador da Universidade, ou participante do Programa de Doutoramento.
2. O Conselho Científico designa o orientador, sob proposta do candidato e mediante a aceitação expressa do professor ou investigador proposto.
3. Em casos devidamente justificados, pode o Conselho Científico admitir a co-orientação por dois orientadores, sendo um externo à Universidade.
4. Perante circunstâncias justificadas, pode o candidato solicitar ao Conselho Científico a substituição do orientador designado, bem como o orientador escusar-se, perante o mesmo Conselho, a exercer a função para que fora designado.
5. Com a apresentação da proposta de orientação, deve o candidato apresentar o tema e plano da tese, devidamente aceite pelo(s)

orientador(es) proposto(s), procedendo os serviços da Universidade aos respectivos registos.

Artº 6º (Orientação)

- 1.** O Orientador deve guiar efectiva e activamente o candidato na sua preparação científica, na concretização do seu projecto de investigação e na elaboração da tese, sem prejuízo da liberdade académica do doutorando e do direito deste à defesa das opiniões científicas que forem as suas.
- 2.** O candidato manterá regularmente o orientador ao corrente da evolução dos seus trabalhos, nos termos entre eles acordados.
- 3.** Após o registo definitivo do plano de tese, compete ao orientador apresentar anualmente ao Conselho Científico um relatório escrito sobre a evolução dos trabalhos do candidato, com base nos elementos por este fornecidos.

Art.º 7.º (Admissão a Provas de Doutoramento)

- 1.** Com o requerimento de prestação de provas de Doutoramento, deve o candidato entregar os seguintes elementos:
 - a) Informação sobre o aproveitamento nas unidades constantes do plano de estudos previsto nos termos do n.º1, al. do art.º 4.º, do presente Regulamento;
 - b) 9 exemplares da tese;
 - c) 9 exemplares do *curriculum vitae* actualizado;
 - d) 12 exemplares em suporte de sistema não editável;
 - e) Comprovação de outros requisitos específicos exigidos por lei.
- 2.** No prazo de 30 (trinta) dias, se não houver razão para indeferir, em decisão fundamentada na falta de pressupostos legalmente definidos, o Conselho Científico admite formalmente o candidato a provas e apresenta ao Reitor da Universidade a proposta de composição do júri.

Art.º 8.º (Constituição e Nomeação do Júri)

- 1-**O júri de Doutoramento é constituído:
 - a) Pelo Reitor ou seu delegado, que preside;
 - b) Por um número mínimo de 3 (três) e um máximo de 7 (sete) vogais doutorados.
- 2-**Do júri fazem parte obrigatoriamente:
 - a) O orientador, ou orientadores;
 - b) Um professor ou investigador da especialidade de outra instituição de ensino superior, nacional ou estrangeira;
- 3.** Sem prejuízo do número anterior, deve o júri incluir no seu conjunto pelo menos três professores ou investigadores da especialidade em que se insere a tese;
- 4.** As faltas só poderão ser justificadas nos termos e nos casos previstos no Regulamento Geral.

5. O Reitor nomeará o júri no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da proposta da sua constituição.
6. O despacho de nomeação será comunicado por escrito ao candidato e afixado em lugar público da Universidade.

Art.º 9.º

(Aceitação da Tese e Designação dos Arguentes)

1. Nos 60 (sessenta) dias subsequentes à publicação da sua nomeação, o júri profere um despacho liminar no qual declara aceite a tese ou, em alternativa, recomenda ao candidato, fundamentadamente, a sua reformulação.
2. Verificada a situação a que se refere a parte final do número anterior, o candidato dispõe de um prazo de 120 (cento e vinte) dias, improrrogável, durante o qual pode proceder à reformulação da tese ou declarar que a pretende manter tal como a apresentou.
3. Considera-se ter havido desistência do candidato se, esgotado o prazo referido no número anterior, este não apresentar a tese reformulada ou não declarar que a pretende manter tal como a apresentou.
4. Aceite a tese, nos termos dos nºs 1 ou 2 deste artigo, o júri designa dois arguentes da tese.
5. Em geral, os arguentes não devem ter sido orientadores da tese e, obrigatoriamente, pelo menos um deve pertencer a outra instituição de ensino superior ou de investigação, nacional ou estrangeira.

Art.º 10º

(Acto de Doutoramento)

O acto de doutoramento consiste na discussão pública de uma tese original.

Art.º 11.º

(Sobre a Tese)

1. É admitida na elaboração da tese o aproveitamento, total ou parcial, do resultado de trabalhos já publicados, mesmo em colaboração, devendo, neste caso, o candidato esclarecer qual a sua contribuição pessoal.
2. A tese pode ser impressa ou fotocopiada. Compete ao Conselho Científico definir as normas para a elaboração e apresentação da tese que devem ser recomendadas aos candidatos, com vista a facilitar a sua difusão na comunidade científica.
3. A tese será escrita, por princípio, em língua portuguesa, e deverá ser acompanhada de um resumo até 300 (trezentas) palavras em português e em, pelo menos, outra língua comunitária.
4. Em casos devidamente justificados, a requerimento do candidato e com parecer positivo do orientador, pode o Conselho Científico autorizar a apresentação da tese escrita numa língua estrangeira de grande difusão na comunidade científica. Em caso de aceitação, a tese deverá incluir um resumo em português de pelo menos 10 (dez) páginas.

Art.º 12º

(Realização de Provas)

1. As provas de Doutoramento devem iniciar-se no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar:
 - a) Do despacho de aceitação da tese;
 - b) Da data de entrega da tese reformulada ou da declaração do candidato de que prescinde da reformulação.
2. As provas são públicas e não podem ter lugar sem a presença do presidente e da maioria dos restantes membros do júri.

Art.º 13º
(Discussão da Tese)

1. Antes do início da discussão, deve ser facultado ao candidato um período até 30 (trinta) minutos para uma apresentação liminar da sua tese.
2. As intervenções dos arguentes não podem exceder globalmente 60 (sessenta) minutos.
3. O candidato dispõe para a sua resposta de um tempo não inferior ao que tiver sido utilizado pelos arguentes e, em qualquer caso, não inferior a 30 (trinta) minutos, relativamente a cada um deles.
4. Por período não superior a 15 (quinze) minutos, pode o presidente conceder aos membros do júri que não intervieram como arguentes a faculdade de apresentarem pedidos de esclarecimento ao candidato sobre o objecto da tese, assegurando ao candidato o direito de resposta, por tempo idêntico ao utilizado por esses membros do júri.
5. Globalmente, a discussão da tese não deve exceder 180 minutos.

Art.º 14º
(Deliberação do Júri)

1. Concluídas as provas, o júri reúne para apreciação e deliberação sobre a classificação final do candidato, só podendo intervir os membros do júri que estiveram presentes em todas as provas.
2. A votação será nominal e justificada e ficará registada em acta.
3. O presidente do júri dispõe de voto de qualidade, podendo também participar na apreciação e deliberação quando tenha sido designado vogal.
4. A classificação final é expressa pelas fórmulas de *Reprovado* ou *Aprovado*.
5. Aos candidatos aprovados, o júri de doutoramento pode deliberar atribuir uma das seguintes menções:
 - a) Aprovado com distinção;
 - b) Aprovado com distinção e louvor.

Art.º 15º
(Entrada em Vigor)

O presente regulamento entra em vigor no ano lectivo 2010-2011.

3. Biblioteca em suporte digital.

FUNDO BIBLIOGRÁFICO

Ciência Política– Recursos em Suporte Eletrônico

Existe um vasto Fundo Documental Digital, acessível em Bases de Dados assinadas por esta Universidade, que nesta área de **Ciência Política** em concreto, se quantifica da seguinte forma:

***133 Títulos de Revistas em Texto Integral**, disponíveis nos campi do Grupo Lusófona, e com período de existências, dentro de cada site, mencionado:

- Administration & Society
(http://search.proquest.com/abicomplete/publication/37607/citation/134712D69FB26_0C0B06/1?accountid=43826)
- The American Enterprise
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/4502/citation/134712D69FB260C0B06/2?accountid=43826>)
- American Journal of Political Science
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/41523/citation/134712D69FB260C0B06/3?accountid=43826>)
- The American Political Science Review
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/41041/citation/134712D69FB260C0B06/4?accountid=43826>)
- The American Prospect
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/3883/citation/134712D69FB260C0B06/5?accountid=43826>)
- American Review of Political Economy
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/60284/citation/134712D69FB260C0B06/6?accountid=43826>)
- Arizona Capitol Times
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/28205/citation/134712D69FB260C0B06/7?accountid=43826>)
- Asian Perspective
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/55192/citation/134712D69FB260C0B06/8?accountid=43826>)
- BBC Monitoring Americas
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/43928/citation/134712D69FB260C0B06/9?accountid=43826>)
- BBC Monitoring Central Asia
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/34274/citation/134712D69FB260C0B06/11?accountid=43826>)
- BBC Monitoring European
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/43926/citation/134712D69FB260C0B06/12?accountid=43826>)
- BBC Monitoring Former Soviet Union
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/43929/citation/134712D69FB260C0B06/13?accountid=43826>)
- BBC Monitoring Middle East
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/43924/citation/134712D69FB260C0B06/14?accountid=43826>)

- BBC Monitoring South Asia
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/43927/citation/134712D69FB260C0B06/15?accountid=43826>)
- British Journal of Political Science
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/48551/citation/134712D69FB260C0B06/16?accountid=43826>)
- British Politics
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/38875/citation/134712D69FB260C0B06/17?accountid=43826>)
- Business Europe
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/30710/citation/134712D69FB260C0B06/18?accountid=43826>)
- Capital & Class
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/30109/citation/134712D69FB260C0B06/19?accountid=43826>)
- Central European Economic Review
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/33689/citation/134712D69FB260C0B06/20?accountid=43826>)
- The China Quarterly
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/34774/citation/134712D69FB260C0B06/21?accountid=43826>)
- Comparative European Politics
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/43953/citation/134712D69FB260C0B06/22?accountid=43826>)
- Constitutional Political Economy
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/25735/citation/134712D69FB260C0B06/23?accountid=43826>)
- Contemporary Political Theory
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/26818/citation/134712D69FB260C0B06/24?accountid=43826>)
- Country Forecast. Argentina
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/52281/citation/134712D69FB260C0B06/25?accountid=43826>)
- Country Forecast. Australia
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/52282/citation/134712D69FB260C0B06/26?accountid=43826>)
- Country Forecast. Austria
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/40323/citation/134712D69FB260C0B06/27?accountid=43826>)
- Country Forecast. Belgium
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/39631/citation/134712D69FB260C0B06/28?accountid=43826>)
- Country Forecast. Brazil
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/40169/citation/134712D69FB260C0B06/29?accountid=43826>)
- Country Forecast. Canada
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/52284/citation/134712D69FB260C0B06/30?accountid=43826>)
- Country Forecast. Chile
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/39480/citation/134712D69FB260C0B06/31?accountid=43826>)

- Country Forecast. China
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/39924/citation/134712D69FB260C0B06/32?accountid=43826>)
- Country Forecast. Cuba
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/39481/citation/134712D69FB260C0B06/33?accountid=43826>)
- Country Forecast. Denmark
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/40325/citation/134712D69FB260C0B06/34?accountid=43826>)
- Country Forecast. Ecuador
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/39624/citation/134712D69FB260C0B06/35?accountid=43826>)
- Country Forecast. Egypt
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/39625/citation/134712D69FB260C0B06/36?accountid=43826>)
- Country Forecast. European Union
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/39925/citation/134712D69FB260C0B06/37?accountid=43826>)
- Country Forecast. France
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/39196/citation/134712D69FB260C0B06/38?accountid=43826>)
- Country Forecast. Germany
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/39198/citation/134712D69FB260C0B06/39?accountid=43826>)
- Country Forecast. Greece
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/40324/citation/134712D69FB260C0B06/40?accountid=43826>)
- Country Forecast. India
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/39199/citation/134712D69FB260C0B06/41?accountid=43826>)
- Country Forecast. Indonesia
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/39316/citation/134712D69FB260C0B06/42?accountid=43826>)
- Country Forecast. Iran
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/40327/citation/134712D69FB260C0B06/43?accountid=43826>)
- Country Forecast. Italy
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/39318/citation/134712D69FB260C0B06/44?accountid=43826>)
- Country Forecast. Japan
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/39782/citation/134712D69FB260C0B06/45?accountid=43826>)
- Country Forecast. Mexico
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/39471/citation/134712D69FB260C0B06/46?accountid=43826>)
- Country Forecast. Netherlands
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/39630/citation/134712D69FB260C0B06/47?accountid=43826>)
- Country Forecast. Nigeria
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/39626/citation/134712D69FB260C0B06/48?accountid=43826>)

- Country Forecast. Norway
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/40322/citation/134712D69FB260C0B06/49?accountid=43826>)
- Country Forecast. Pakistan
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/39627/citation/134712D69FB260C0B06/50?accountid=43826>)
- Country Forecast. Peru
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/40171/citation/134712D69FB260C0B06/51?accountid=43826>)
- Country Forecast. Philippines
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/39628/citation/134712D69FB260C0B06/52?accountid=43826>)
- Country Forecast. Poland
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/40321/citation/134712D69FB260C0B06/53?accountid=43826>)
- Country Forecast. Russia
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/39473/citation/134712D69FB260C0B06/54?accountid=43826>)
- Country Forecast. Saudi Arabia
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/39474/citation/134712D69FB260C0B06/55?accountid=43826>)
- Country Forecast. South Africa
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/39781/citation/134712D69FB260C0B06/56?accountid=43826>)
- Country Forecast. South Korea
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/39475/citation/134712D69FB260C0B06/57?accountid=43826>)
- Country Forecast. Spain
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/39479/citation/134712D69FB260C0B06/58?accountid=43826>)
- Country Forecast. Switzerland
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/40320/citation/134712D69FB260C0B06/59?accountid=43826>)
- Country Forecast. Thailand
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/40170/citation/134712D69FB260C0B06/60?accountid=43826>)
- Country Forecast. Turkey
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/39476/citation/134712D69FB260C0B06/61?accountid=43826>)
- Country Forecast. United Kingdom
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/39477/citation/134712D69FB260C0B06/62?accountid=43826>)
- Country Forecast. United States of America
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/39478/citation/134712D69FB260C0B06/63?accountid=43826>)
- Country Forecast. Venezuela
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/39629/citation/134712D69FB260C0B06/64?accountid=43826>)
- Country Profile
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/30707/citation/134712D69FB260C0B06/66?accountid=43826>)

- Development
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/47959/citation/134712D69FB260C0B06/67?accountid=43826>)
- Dispute Resolution Journal
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/25210/citation/134712D69FB260C0B06/68?accountid=43826>)
- East European Quarterly
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/47966/citation/134712D69FB260C0B06/70?accountid=43826>)
- Ethics & International Affairs
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/45621/citation/134712D69FB260C0B06/73?accountid=43826>)
- Europe
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/47648/citation/134712D69FB260C0B06/74?accountid=43826>)
- European integration online papers
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/60381/citation/134712D69FB260C0B06/75?accountid=43826>)
- The European Journal of Development Research
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/45781/citation/134712D69FB260C0B06/76?accountid=43826>)
- European Journal of International Relations
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/33304/citation/134712D69FB260C0B06/77?accountid=43826>)
- European View
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/326335/citation/134712D699FB260C0B06/78?accountid=43826>)
- Europe - Asia Studies
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/25063/citation/134712D69FB260C0B06/79?accountid=43826>)
- Eurozone Weekly
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/38319/citation/134712D69FB260C0B06/80?accountid=43826>)
- Financial Times
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/35024/citation/134712D69FB260C0B06/82?accountid=43826>)
- Foreign Affairs
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/40670/citation/134712D69FB260C0B06/84?accountid=43826>)
- Foreign Affairs (pre-1986)
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/40669/citation/134712D69FB260C0B06/85?accountid=43826>)
- Foreign Policy
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/47510/citation/134712D69FB260C0B06/86?accountid=43826>)
- Foreign Policy Bulletin
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/28922/citation/134712D69FB260C0B06/87?accountid=43826>)
- French Politics
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/43956/citation/134712D69FB260C0B06/88?accountid=43826>)

- The George Washington International Law Review
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/44595/citation/134712D69FB260C0B06/89?accountid=43826>)
- Global Dialogue
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/55193/citation/134712D69FB260C0B06/90?accountid=43826>)
- Global Political Outlook
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/407072/citation/134712D699FB260C0B06/92?accountid=43826>)
- Harvard Asia Pacific Review
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/32393/citation/134712D69FB260C0B06/93?accountid=43826>)
- Harvard International Review
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/32013/citation/134712D69FB260C0B06/94?accountid=43826>)
- I.D.E. Occasional Papers Series
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/43623/citation/134712D69FB260C0B06/95?accountid=43826>)
- The Independent Review
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/32833/citation/134712D69FB260C0B06/96?accountid=43826>)
- Interfax : Russia & CIS Diplomatic Panorama
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/55284/citation/134712D69FB260C0B06/98?accountid=43826>)
- The International Executive (1986-1998)
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/24598/citation/134712D69FB260C0B06/99?accountid=43826>)
- The International Executive (pre-1986)
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/24597/citation/134712D69FB260C0B06/100?accountid=43826>)
- Jane's Islamic Affairs Analyst
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/646329/citation/134712D69FB260C0B06/101?accountid=43826>)
- The Journal of Asian Studies
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/40508/citation/134712D69FB260C0B06/104?accountid=43826>)
- The Journal of Asian Studies (1986-1998)
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/40510/citation/134712D69FB260C0B06/102?accountid=43826>)
- The Journal of Asian Studies (pre-1986)
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/40509/citation/134712D69FB260C0B06/103?accountid=43826>)
- The Journal of Conflict Resolution
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/2004/citation/134712D69FB260C0B06/107?accountid=43826>)
- Journal of Human Security
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/406412/citation/134712D699FB260C0B06/110?accountid=43826>)
- Journal of International Affairs
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/41938/citation/134712D69FB260C0B06/111?accountid=43826>)

- Journal of International and Area Studies
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/26078/citation/134712D69FB260C0B06/112?accountid=43826>)
- Journal of International Development
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/30418/citation/134712D69FB260C0B06/113?accountid=43826>)
- Journal of Policy Analysis and Management
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/48213/citation/134712D69FB260C0B06/117?accountid=43826>)
- Journal of Politics and Law
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/307061/citation/134712D699FB260C0B06/120?accountid=43826>)
- The Journal of Social, Political, and Economic Studies
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/22044/citation/134712D69FB260C0B06/121?accountid=43826>)
- Latin American Politics and Society
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/26564/citation/134712D69FB260C0B06/122?accountid=43826>)
- The Middle East Journal
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/42209/citation/134712D69FB260C0B06/124?accountid=43826>)
- National Tax Journal
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/41305/citation/134712D69FB260C0B06/125?accountid=43826>)
- Negotiation Journal
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/37977/citation/134712D69FB260C0B06/128?accountid=43826>)
- The New Republic
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/41165/citation/134712D69FB260C0B06/129?accountid=43826>)
- New Statesman
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/5509/citation/134712D69FB260C0B06/130?accountid=43826>)
- Newsweek
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/25218/citation/134712D69FB260C0B06/131?accountid=43826>)
- Papeles de Europa
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/54847/citation/134712D69FB260C0B06/133?accountid=43826>)
- Peacekeeping & International Relations
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/32034/citation/134712D69FB260C0B06/134?accountid=43826>)
- Policy Review
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/47546/citation/134712D69FB260C0B06/136?accountid=43826>)
- Policy Sciences
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/36633/citation/134712D69FB260C0B06/137?accountid=43826>)
- Policy Studies Journal
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/7589/citation/134712D69FB260C0B06/138?accountid=43826>)

- The Polish Quarterly of International Affairs
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/506345/citation/134712D69FB260C0B06/139?accountid=43826>)
- Political Science Quarterly
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/41161/citation/134712D69FB260C0B06/140?accountid=43826>)
- Post - Communist Economies
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/32734/citation/134712D69FB260C0B06/142?accountid=43826>)
- Progress in Development Studies
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/38447/citation/134712D69FB260C0B06/143?accountid=43826>)
- Public Administration & Development
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/37737/citation/134712D69FB260C0B06/144?accountid=43826>)
- Public Interest
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/34750/citation/134712D69FB260C0B06/147?accountid=43826>)
- Regional Outlook
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/26097/citation/134712D69FB260C0B06/148?accountid=43826>)
- Regulation
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/38212/citation/134712D69FB260C0B06/149?accountid=43826>)
- Review of African Political Economy
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/32911/citation/134712D69FB260C0B06/150?accountid=43826>)
- Review of Black Political Economy
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/47227/citation/134712D69FB260C0B06/151?accountid=43826>)
- Review of International Studies
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/32445/citation/134712D69FB260C0B06/152?accountid=43826>)
- Review of Political Economy
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/29739/citation/134712D69FB260C0B06/153?accountid=43826>)
- Revue du Droit de l'Union Européenne
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/746330/citation/134712D69FB260C0B06/154?accountid=43826>)
- Socialism and Democracy
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/34334/citation/134712D69FB260C0B06/159?accountid=43826>)
- Time
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/42427/citation/134712D69FB260C0B06/166?accountid=43826>)
- U.S. News & World Report
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/40641/citation/134712D69FB260C0B06/167?accountid=43826>)
- Vital Speeches of the Day
(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/41532/citation/134712D69FB260C0B06/168?accountid=43826>)

- The Washington Monthly

(<http://search.proquest.com/abicomplete/publication/41640/citation/134712D69FB260C0B06/169?accountid=43826>)

*** * 23.060 Artigos em Texto Integral e 3636 Abstracts**, de Revistas, Atas, Capítulos de Livros, etc., disponíveis nas Bases de Dados adquiridas pelo Grupo Lusófona e pesquisáveis pela palavra-chave "Political Science", nomeadamente **ProQuest ABI/Inform**:

<http://search.proquest.com/advanced?accountid=43826>

***** Acresce ainda o acesso a outros recursos eletrónicos igualmente específicos na área de Ciência Política:**

12 Bases de Dados em linha, em Acesso Aberto, com milhares de artigos em **Texto Integral**:

- Centro de documentação 25 de Abril

(<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=HomePage>)

- DOAJ : Directory of Open Access Journals

(<http://www.doaj.org/doaj?func=subject&cpid=47>)

- Glossary of Political Terms and Definitions of Terminology Related to the Science of Politics (<http://www.webref.org/political-science/political-science.htm>)

- IPSA/APSII : International Political Science Association/Association Internationale de Science Politique (<http://www.ipsa.org/>)

- MIT Open Course Ware (<http://ocw.mit.edu/courses/political-science/>)

- Open Directory Project

(http://www.dmoz.org/Science/Social_Sciences/Political_Science/)

- Political Database of Americas (<http://pdba.georgetown.edu/>)

- Political Science (<http://www.library.vanderbilt.edu/romans/polsci/>)

- Political Science Resources (<http://www.politicsresources.net/>)

- Politics : Foreign and International

(<http://library.wlu.edu/subjectresults.php?descname=Politics%20--%20Foreign%20and%20International>)

- Total Politics (<http://www.totalpolitics.com/speeches/>)

- The World Bank : data and research

(<http://econ.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/0,,menuPK:476823~pagePK:64165236~piPK:64165141~theSitePK:469372,00.html>)

****** 43 Títulos de Revistas** em linha, com **Texto Integral**, disponibilizadas em Acesso Aberto e organizadas tematicamente, pela Biblioteca:

- Acta Universitatis Danubius: Administratio (<http://journals.univ-danubius.ro/index.php/administratio/issue/current>)

- Africa Spectrum (<http://hup.sub.uni-hamburg.de/giga/afsp>)

- African Journal on Conflict Resolution

(<http://www.accord.org.za/publications/ajcr>)

- Alternatives: Turkish Journal of International Relations

(<http://www.alternativesjournal.net/new/index.php>)

- América Latina Hoy

(<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/HomRevRed.jsp?iCveEntRev=308>)

- American Diplomacy (<http://www.unc.edu/depts/diplomat/>)
- Análisis Político
(http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_serial&pid=0121-4705&lng=pt&nrm=iso)
- AntePodium (<http://www.victoria.ac.nz/atp/index.html>)
- Asia-Pacific Journal: Japan Focus (<http://www.japanfocus.org/>)
- Australian Review of Public Affairs (<http://www.australianreview.net/>)
- Azerbaijan Focus: Journal of International Affairs
(<http://sam.gov.az/en/publications/journals/azerbaijanfocus/>)
- Behemoth: a Journal on Civilisation (<http://www.behemoth-journal.de/current-issue/>)
- Bollettino Telematico di Filosofia Politica (<http://bfp.sp.unipi.it/hj05b/>)
- BPSR : Political science (<http://www.bpsr.org.br/revista/natural.htm>)
- Bulletin of Italian Politics
(<http://www.gla.ac.uk/schools/socialpolitical/research/politics/journal/s/bulletinofitalianpolitics/currentissue/>)
- Cadernos de Relações Internacionais
(http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/rev_cadernos.php?strSecao=input0)
- Cadmus (<http://www.cadmusjournal.org/>)
- The Cato Journal: an Interdisciplinary Journal of Public Policy Analysis
(<http://www.cato.org/pubs/journal/index.html>)
- Caucasian Review of International Affairs (http://cria-online.org/Issue_13.html)
- Central European Journal of International and Security Studies
(<http://www.cejiss.org/archive>)
- Central European Journal of Public Policy
(<http://www.cejpp.eu/index.php/ojs>)
- CES Working Papers
(<http://www.cse.uaic.ro/WorkingPapers/CESWPcurrent.htm>)
- CEU political science journal (<http://www.ceu.hu/poliscijournal>)
- China and Eurasia Forum Quarterly (<http://www.chinaeurasia.org/>)
- Colombia Internacional (<http://colombiainternacional.uniandes.edu.co/>)
- Commonwealth Journal of Local Governance
(<http://epress.lib.uts.edu.au/journals/index.php/cjlg>)
- Confines de Relaciones Internacionales y Ciencia Política
(<http://confines.mty.itesm.mx/>)
- Contexto Internacional
(http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&lng=pt&pid=0102-8529&nrm=iso)
- Crossroads (<http://www.webasa.org/crossroads.htm>)
- Cultural Logic: an Electronic Journal of Marxist Theory and Practice
(<http://clogic.eserver.org/>)
- EJEG : Electronic Journal of E-Government
(<http://www.ejeg.com/main.html>)
- Entelequia. Revista Interdisciplinar (<http://www.eumed.net/entelequia/>)
- L'Espace Politique (<http://espacepolitique.revues.org/index55.html>)
- Espacios Públicos
(<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/HomRevRed.jsp?iCveEntRev=676>)
- Essex Human Rights Review (<http://www.ehrr.org/>)
- Estudios Gerenciales
(<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/HomRevRed.jsp?iCveEntRev=212>)

- Ethics & Global Politics
(<http://www.ethicsandglobalpolitics.net/index.php/egp/issue/current>)
- European Integration Online Papers
(<http://eiop.or.at/eiop/index.php/eiop>)
- The International Journal of Inclusive Democracy
(<http://www.inclusivedemocracy.org/journal/>)
- JeDEM: eJournal of eDemocracy and Open Government
(<http://www.jedem.org/>)
- Party Politics (<http://www.partypolitics.org/index.html>)
- Res-Publica : Revista Lusófona de Ciência Política
(<http://respublica.ulusofona.pt/>)
- Southeast European Politics (<http://www.seep.ceu.hu/current/>)

Para além desta documentação, o Grupo Lusófona, detém no seu **Repositório Institucional**:

- **ReCiL** – Repositório Científico Lusófona (<http://recil.grupolusofona.pt/>) (engloba a produção científica realizada no Grupo Lusófona, nas diversas Áreas do Conhecimento).

4. Regulamento de Estágio

LICENCIATURA EM CIÊNCIA POLITICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SEMINÁRIO / ESTÁGIO

REGULAMENTO

Ano Letivo 2012/2013

Artigo 1.º

(Departamento de Estágios – Competências)

- 1.** O estágio é assegurado pelo «Departamento de Estágios», que funciona nas instalações da ULHT.
- 2.** O «Departamento de Estágios» tem como função contactar e assegurar a colaboração de entidades acolhedoras colocando os estagiários.
- 3.** O «Departamento de Estágios» tem competência para:
 - a) Negociar todas as condições relacionadas com a efetivação dos estágios, quer com os alunos, quer com as entidades acolhedoras.
 - b) Promover a colaboração e intervenção de «Orientadores de Estágio na Entidade Acolhedora», quer os designados pela ULHT, quer os propostos pelas entidades acolhedoras.

- c) Orientar a distribuição dos alunos estagiários pelas instituições designadas e de acordo com as prioridades definidas pelo departamento docente.
- d) Controlar a realização dos estágios nas entidades acolhedoras de acordo com este regulamento.

Artigo 2.º **(Caracterização Formal do Estágio)**

1. O estágio visa a integração durante o tempo deste, do aluno na entidade acolhedora, segundo as diretivas das entidades acolhedoras e dos respetivos «Orientadores de Estágio na Entidade Acolhedora».
2. A formalização do estágio é feita mediante um Contrato de Estágio, por aluno.
3. Não existe remuneração do estágio, nem resulta da efetivação do estágio qualquer vínculo laboral entre estagiário e entidade acolhedora.
4. É, no entanto, obrigação do estagiário cumprir escrupulosamente todas as obrigações decorrentes de forma análoga à relação laboral, e que lhe sejam aplicáveis, tais, como: assiduidade, pontualidade, lealdade, respeito, sigilo.

Artigo 3.º **(Orientação dos Estágios)**

1. Os estagiários serão orientados em sede de Seminário de Estágio por docente.
2. Os estágios serão, salvo indicação em contrário, acompanhados e enquadrados no local de estágio por um profissional da entidade acolhedora e a designar por esta.

Artigo 4.º **(Estágios – Tipo e Objetivos Gerais)**

1. O presente estágio tem a seguinte vocação:
 - a) Pretende-se que o estagiário observe as diversas situações que se lhe apresentam, participe nas mesmas, como observador e participante.
2. Os Objetivos Gerais dos estágios são:
 - a) Colocar os estagiários em contacto com a realidade das situações inerentes às competências das Instituições, onde estagia.
 - b) Aprender a recolher e tratar objetivamente a informação obtida, organizá-la e descrevê-la.
 - c) Aprender a realizar registos de observação/intervenção.
 - d) Aprender a construir e aplicar materiais de gestão.
 - e) Aprender a planificar e a aplicar as intervenções adequadas à realidade.

Artigo 5.º **(Objetivos Específicos)**

1. Os estagiários no desempenho da sua ação deverão:
 - a) Observar e participar de acordo com as solicitações dos Agentes Políticos.
 - b) Observar fenómenos de grupo e refletir sobre os mesmos.
 - c) Contextualizar as situações de aprendizagem recebidas.
 - d) Problematicar sobre as situações observadas.
 - e) Identificar os conceitos relacionados com a intervenção realizada pela Instituição, podendo sugerir propostas teórico-práticas.
 - f) Compreender o papel que o Agente Político exerce no processo de aprendizagem e de execução.
 - g) Colocar em ação, sempre que autorizado pelo Orientador responsável pelo Estágio, as propostas de intervenção.

Artigo 6º **(Competências a adquirir)**

1. Os estagiários deverão:
 - a) Reconhecer e identificar as dificuldades da Instituição
 - b) Estabelecer conexões entre a teoria e a prática.
 - c) Aperfeiçoar-se pessoal, social e profissionalmente.
 - d) Responsabilizar-se, participando na modificação de hábitos, estruturas e comportamentos, pessoais e sociais.

Artigo 7.º **Elaboração de Relatório** **(Princípios)**

1. O estagiário deverá, nomeadamente:
 - a) Caracterizar a Entidade do estágio.
 - b) Caracterizar os métodos e técnicas observadas ou experimentadas.
 - c) Efetuar uma reflexão acerca do papel do Agente Político na Instituição.
 - d) Explicitar a observação de diagnóstico realizada, fundamentando-a.
 - e) Explicitar as situações observadas com ponderação hierarquizada.
2. O estagiário deverá entregar, nos termos do Art. 13º:
 - a) Diário de ações
 - b) Relatório de Estágio.
3. Será distribuída norma geral relativa ao bom desenvolvimento e elaboração do Relatório de Estágio, que fica em anexo a este Regulamento, dele fazendo parte integrante.

Artigo 8.º
(Duração, Carga Horária e Local de Estágio)

1. O estágio semestral tem a duração de 45 horas – 3 horas semanais, mínimas obrigatórias, incidindo sobre o modo de funcionamento, organização, estruturas, planos de acção e políticas de investimento, de recursos humanos, de orçamentos e de objectivos que a Entidade preconiza na sua acção.
2. O Estágio decorrerá no 2º semestre de cada ano letivo.
3. O descrito no número anterior poderá ser excecionalmente modificado ou flexibilizado pelo Departamento de Estágios em função de pedido nesse sentido, formulado pelas entidades acolhedoras.
4. O estágio será efetivado nas Entidades acolhedoras a indicar oportunamente pelo «Departamento de Estágios».

Artigo 9.º
(Frequência e Seguro Escolar)

1. A realização de estágio é obrigatória.
2. A presença dos alunos nos locais de estágio é vinculativa e sujeita a regime de faltas.
3. A ausência injustificada dos alunos nos locais de estágio, por um período superior a duas semanas, pressupõe a reprovação dos alunos à UC Seminário/Estágio.
4. A desistência do estágio deverá ser comunicada, por escrito ao «Departamento de Estágios», indicando o(s) motivo(s) da mesma.
5. O seguro escolar é extensível ao local de estágio e é da responsabilidade da ULHT.

Artigo 10º
(Trabalhador Estudante)

O aluno estagiário, nestas condições, deverá fazer prova da sua situação na Secretaria da ULP (fotocópia do contrato de trabalho ou declaração da entidade empregadora).

Artigo 11.º
(Deveres do Estagiário)

1. Observar este regulamento de forma criteriosa e responsável.
2. Saber estar (apresentação, bom-senso, forma de expressão, respeito pelos outros, neutralidade com os funcionários e Agentes Políticos, Instituição, interiorizando o seu papel de estagiário.
3. Respeitar, e cumprir, escrupulosamente, os aspetos éticos e deontológicos da sua prática e contactos profissionais, em sede de estágio (dever de confidencialidade, consentimento informado, não autonomia decisória).
4. Cumprir os regulamentos internos da Instituição a que acede por via de estágio e a ele aplicáveis.
5. Respeitar instruções e estabelecer uma relação de respeito com

funcionários, Agentes Políticos e utentes da Instituição, e fazer entrega do relatório final de estágio.

6. Estar sempre disponível para a sua autoavaliação e autoformação.
7. Abster-se de quaisquer atos que, por ação ou omissão, possam de alguma forma fazer perigar o processo de seleção, lançamento, colocação efetiva e desenvolvimento dos estágios, quer do próprio, quer dos estágios de seus colegas.

Artigo 12.º **(Avaliação do estágio)**

1. A Avaliação Contínua do período de estágio corresponde a 30% da nota final.
2. Os parâmetros de Avaliação Contínua são: assiduidade e participação no Estágio (20%) e Seminário de Estágio (50%).
3. A não aprovação do Relatório de Estágio implica a revisão do mesmo por parte do aluno, com entrega no início da época seguinte e em data a indicar pelo docente, devendo o aluno, para o efeito, **inscrever-se na Secretaria.**

ULHT, ____/____/____

Este regulamento foi-me entregue, em duplicado cujo original vou assinar, manifestando total concordância com o teor do mesmo.

Assinatura do aluno

Tomei
conhecimento, _____

Docente e responsável do Seminário/Estágio

Texto escrito conforme o Acordo Ortográfico

CONVITE

PORTO DE HONRA
PARA CELEBRAR O DIA DA ÁFRICA
MESA REDONDA



OS MEDIA EM ÁFRICA CONTRIBUTOS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO

21 MAIO 2013 | 18:00
AUDITÓRIO DA CPLP
RUA DE SÃO MAMEDE (AO CALDAS), Nº 21

ORADORES:

Alexandre Faria
Emídio Rangel
David Borges
José Arantes

COORDENAÇÃO / MODERAÇÃO:

Patrícia Mota Paula

ORGANIZAÇÃO:

Linha de Investigação
em Estudos Africanos
e Lusófonos



PATROCÍNIO:

